



**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE (UNESC)  
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA (PROACAD)  
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA (PPGSCol)**



**GEOVANE KUBIAKI BABIRESKI**

**CYBERBULLYING: CONSTRUÇÃO DE GUIA PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE  
MENTAL EM AMBIENTE ESCOLAR**

**CRICIÚMA**

**2025**

**GEOVANE KUBIAKI BABIRESKI**

**CYBERBULLYING: CONSTRUÇÃO DE GUIA PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE  
MENTAL EM AMBIENTE ESCOLAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Mestrado Profissional), da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Maeyama

**CRICIÚMA/SC  
2025**

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

B114c Babireski, Geovane Kubiaki.

Cyberbullying : construção de guia para promoção da saúde mental em ambiente escolar / Geovane Kubiaki Babireski. - 2025.

93 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Criciúma, 2025.

Orientação: Marcos Aurélio Maeyama.

1. Cyberbullying. 2. Saúde mental infantil. 3. Letramento em saúde. 4. Ambiente escolar. 5. Atenção Primária à Saúde. 6. Programa Saúde na Escola (Brasil). I. Título.

CDD 23. ed. 362.10981

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101  
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC



**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC**  
Pró-Reitoria de Pesquisa Pós-Graduação, Inovação e Extensão  
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação Stricto Sensu  
Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva - (Mestrado Profissional)  
Recomendado pela CAPES – Homologado pelo CNE – Portaria Nº 609. De 14.03.2019

---

## **ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO**


Ata da Defesa Pública de Dissertação do mestrando **GIOVANE KUBIAKI BABIRESKI**. No dia 28 (vinte e oito) do mês de outubro do ano de dois mil e vinte cinco, às 14 horas e 30 minutos, na Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, os membros da Banca Examinadora, composta pelos professores: Profa. Dra. Marcos Aurélio Maeyama (Orientador), Prof. Dr. Jacks Soratto (Membro/PPGSCol/UNESC) e Profa. Dra. Luana Gabriele Nilson (Membro externo/FURB). Afim de arguirm a 184º defesa de Dissertação do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva (Mestrado Profissional) do mestrando **Geovane Kubiaki Babireski** sob o título: **“CYBERBULLYING: CONSTRUÇÃO DE GUIA PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL EM AMBIENTE ESCOLAR”**. Aberta a sessão pelo Presidente da mesma, coube o mestrando, sob a forma regulamentar, expor o tema de sua Defesa de Dissertação, findo o que, dentro do tempo estabelecido, foi questionado pelos membros da Banca Examinadora, procedendo, em seguida, às explicações que se faziam necessárias. O conceito final atribuído pela Banca Examinadora foi:

( X ) APROVADO ( ) REPROVADO

### **RECOMENDAÇÕES DA BANCA:**

A banca examinadora destacou a importância da temática para a Saúde Coletiva, e como sugestões para qualificação do trabalho, apontaram revisão dos objetivos geral e específicos, bem como a explicitação da utilização da guia pelos profissionais do PSE.

### **BANCA EXAMINADORA:**

Documento assinado digitalmente  
 **MARCOS AURELIO MAEYAMA**  
Data: 11/11/2025 10:26:30-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>


---

**Profa. Dra. Marcos Aurélio Maeyama (Orientador)**

Documento assinado digitalmente  
 **JACKS SORATTO**  
Data: 11/11/2025 18:31:55-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

**Prof. Dr. Jacks Soratto (Membro PPGSCol/UNESC)**

Documento assinado digitalmente  
 **LUANA GABRIELE NILSON**  
Data: 11/11/2025 16:13:09-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

**Profa. Dra. Luana Gabriele Nilson (Membro Externo/FURB)**

### ***Dedicatória***

Às crianças que sofreram cyberbullying, para que sejam justicadas.

Aos que sofrerão, que sejam acolhidos.

Ao futuro, para que tenhamos uma sociedade melhor do que a que recebemos.

## **AGRADECIMENTO**

Essa obra é fruto de um trabalho incessante na busca de contribuirmos com novas tecnologias para a Educação e Saúde, e por consequência, com o futuro das nossas crianças.

Assim, primeiramente agradeço a mim mesmo, Geovane e ao meu orientador Marcos que, com muita paciência, conduziu esse evento que se tornou a minha dissertação.

Agradeço, profundamente, a Banda Cruzeiro do Sul que realizou o meu sonho de escrever para crianças, através do projeto CRIAR. Muito Obrigado Mirela e Isabel Feijó.

E é só!

## RESUMO

**Introdução:** O cyberbullying é um desafio contemporâneo, classificado como uma perseguição e intimidação que acontece no ambiente virtual, ele foi tipificado como crime em 2024, no Brasil. Essa dissertação de Mestrado Profissional em Saúde Coletiva é fruto da necessidade de avançar na discussão do tema e propor uma intervenção prática, pautado na promoção de saúde na infância. **Objetivo:** Estruturar estratégias pedagógicas integradas para professores e profissionais de saúde, através de um guia prático de aplicação, com foco na prevenção, conscientização e no enfrentamento do cyberbullying no ambiente escolar, promovendo letramento em saúde por meio da literatura. **Método:** O desenvolvimento do guia ocorreu em etapas: pesquisa bibliográfica, análise de materiais pedagógicos e elaboração de tópicos direcionados ao público-alvo. O Guia foi concebido como uma tecnologia leve, aplicável e replicável em contexto da Atenção Primária em Saúde, principalmente no Programa Saúde na Escola. **Produto:** O produto técnico, foi concebido a partir da obra *Lana: Uma história sobre cyberbullying* (KUBIAKI, 2024) e da experiência pessoal dos autores, e apresenta conteúdos práticos, incluindo: definição e classificação legal do cyberbullying, estratégias para identificação de sinais, incentivo à escuta ativa, atividades pedagógicas e indicação de redes de apoio. A linguagem do Guia é acessível e utiliza recursos visuais, facilitando a aplicação prática por professores e profissionais de saúde. **Conclusão:** Esse produto em Saúde Coletiva contribui para a promoção da Atenção Primária à Saúde (APS), qualificando as ações do Programa Saúde na Escola (PSE) na priorização da saúde mental. A dissertação, como produção científica, transcende o produto, instrumentalizando a formação e o fortalecimento dos profissionais para o diálogo intersetorial e a promoção de um ambiente escolar mais seguro, respeitoso e consciente, demonstrando a relevância da articulação entre saúde, educação e literatura, no desenvolvimento integral das crianças.

**Palavras-chave:** Cyberbullying. Educação. Saúde Mental. Letramento em Saúde.

## ABSTRACT

**Introduction:** Cyberbullying is a contemporary challenge, classified as a form of harassment and intimidation that occurs in virtual environments. It was defined as a criminal offense in Brazil in 2024. This Professional Master's dissertation in Collective Health emerges from the need to advance the discussion on this issue and to propose a practical intervention, guided by the promotion of health in childhood. **Objective:** To structure integrated pedagogical strategies for teachers and health professionals through a practical application guide focused on prevention, awareness, and addressing cyberbullying in the school environment, promoting health literacy through literature. **Method:** The development of the guide took place in stages: literature review, analysis of pedagogical materials, and creation of topics tailored to the target audience. The Guide was conceived as a light, applicable, and replicable technology within the context of Primary Health Care, especially within the School Health Program. **Product:** The technical product was created based on the book *Lana: Uma história sobre cyberbullying* (KUBIAKI, 2024) and on the authors' personal experience. It presents practical content, including: definition and legal classification of cyberbullying, strategies for identifying signs, encouragement of active listening, pedagogical activities, and recommendations of support networks. The Guide uses accessible language and visual resources, facilitating practical application by teachers and health professionals. **Conclusion:** This product in Collective Health contributes to strengthening Primary Health Care (PHC), enhancing the actions of the School Health Program (SHP) with a focus on mental health. The dissertation, as a scientific production, transcends the technical product by supporting the training and empowerment of professionals for intersectoral dialogue and the promotion of a safer, more respectful, and more aware school environment. It demonstrates the relevance of articulating health, education, and literature in the integral development of children.

**Keywords:** Cyberbullying. Education. Mental Health. Health Literacy.

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- Comparativo de atendimento convencional e Atenção Primária	19
--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APS	Atenção Primária em Saúde
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
ESF	Estratégia Saúde da Família
FEBEM	Fundação do Bem Estar do Menor
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LS	Letramento em Saúde
MA	Metodologia Ativa
PMC	Prefeitura Municipal de Criciúma
PPGSCol	Programa de Pós Graduação Profissional em Saúde Coletiva
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
PSE	Programa Saúde na Escola
PSF	Programa Saúde da Família
SME	Secretaria Municipal de Educação
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
STF	Superior Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
UNESC	Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina

## SUMÁRIO

### 1. INTRODUÇÃO

- 1.1 JUSTIFICATIVA
- 1.2 SITUAÇÃO PROBLEMA
- 1.3 FINALIDADE DO PRODUTO

### 2. OBJETIVOS

- 2.1 OBJETIVO GERAL
- 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

### 3. REVISÃO DE LITERATURA

- 3.1 SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E LETRAMENTO EM SAÚDE
  - 3.1.1 ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
  - 3.1.2 LETRAMENTO EM SAÚDE (LS)
  - 3.1.3 CYBERBULLYING E SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE ESCOLAR
- 3.2 CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE INFÂNCIA NO TEMPO E ESPAÇO
  - 3.2.1 PIAGET E O MODELO DE DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DA LINGUAGEM ESCRITA
  - 3.2.2 EDUCAÇÃO PÚBLICA E LITERATURA
  - 3.2.3 METODOLOGIA ATIVA DE APRENDIZAGEM
- 3.3 PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA: PONTO DE CONVERGÊNCIA SAÚDE E EDUCAÇÃO

### 4 MÉTODOS

- 4.1 TIPO DE PRODUTO
- 4.2 CENÁRIO DE CONSTRUÇÃO DO PRODUTO
- 4.3 PÚBLICO ALVO
- 4.4 PROCEDIMENTOS PARA CONSTRUÇÃO DO PRODUTO 47
  - 4.4.1 ETAPA 1: CRIAÇÃO DO GUIA PARA PROFESSORES E PROFISSIONAIS DA SAÚDE
  - 4.4.2 ETAPA 2: PUBLICAÇÃO DO GUIA
- 4.5 ASPECTOS ÉTICOS

### 5 PRODUTO

- 5.1 CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO À SAÚDE COLETIVA 52
  - 5.1.1 ADERÊNCIA DO PRODUTO À LINHA DE PESQUISA 50
  - 5.1.2 CAPACIDADE DE APLICABILIDADE DO PRODUTO 50
  - 5.1.3 CARACTERÍSTICA DE INOVAÇÃO DO PRODUTO
  - 5.1.4 POTENCIAL DE IMPACTO DO PRODUTO

### 6 RESULTADOS

### 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

### REFERÊNCIAS

## 1. INTRODUÇÃO

O caminho que se percorrerá nas próximas páginas convida o leitor a uma reflexão ampla sobre saúde, letramento em saúde, educação e literatura como instrumentos de conscientização, com destaque para o impacto do cyberbullying na infância, entre outros temas relevantes. Essa trajetória teórico-reflexiva visa oferecer subsídios para a compreensão do processo de construção do produto em Saúde Coletiva intitulado **“CYBERBULLYING: CONSTRUÇÃO DE GUIA PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL EM AMBIENTE ESCOLAR”**, elaborado com base nos princípios que orientam a saúde e a educação no Brasil, e pautado em uma das demandas mais atuais e urgentes da nossa geração, a segurança das crianças em ambiente virtual.

Para tanto, é fundamental considerar dois pressupostos centrais que atravessam essa discussão: a busca pela integralidade e o letramento em saúde como estratégia de empoderamento da população frente aos seus processos de saúde, especialmente no campo da saúde mental.

A integralidade em saúde mental é um conceito que vem sendo desenvolvido desde a década de 1960, com o avanço do Movimento da Reforma Sanitária. Esse princípio foi consolidado com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), implementado em 1990. O SUS, ao ordenar o acesso universal aos serviços de saúde, promove o cuidado integral e reconhece a saúde como um direito de todos. A integralidade, nesse contexto, propõe uma abordagem ampliada do cuidado, considerando o indivíduo em sua totalidade, e não apenas por meio dos sintomas que apresenta. Superar a fragmentação do cuidado em saúde mental, portanto, é promover práticas e gestões mais eficazes, principalmente frente a desafios contemporâneos como o cyberbullying, que passou a ser tipificado como crime pela Lei nº 14.811/2024, a qual classifica o fenômeno como uma forma de perseguição sistemática em ambientes digitais (Brasil, 2024).

Neste cenário, o letramento em saúde mental surge como uma estratégia essencial. Ele busca ampliar a compreensão da população sobre os determinantes de saúde, promovendo o protagonismo no enfrentamento e prevenção de situações de sofrimento psíquico. Pensar em letramento em saúde e integralidade é, portanto, pensar em cidadania ampliada, onde o conhecimento sobre saúde torna-se um

direito e um instrumento de transformação social (Brasil, 1988; Pinheiro; Mattos, 2009; Starfield, 2002).

No campo da educação, compreender as diretrizes que regem a formação cidadã é igualmente essencial. A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018) estabelece áreas de conhecimento, competências e habilidades que devem ser desenvolvidas ao longo do percurso escolar. Dentre essas diretrizes, destaca-se o papel da literatura infantil como ferramenta pedagógica potente. Quando articulada aos saberes da saúde – como o letramento em saúde – e às práticas pedagógicas intencionais, a literatura pode promover o desenvolvimento cognitivo, social e emocional do estudante. Esse processo fortalece a autonomia das crianças diante dos desafios do cotidiano e favorece a reflexão crítica sobre temas atuais, como o cyberbullying.

O início deste Guia, que procura articular na sua base a Saúde e Educação, vem de uma experiência pessoal em escolas da Rede Municipal de Educação de Criciúma/SC. O livro LANA: Uma história sobre cyberbullying (2024), nasceu após um desafio de internet em que fatalizou um adolescente em 2022, percebendo o risco que esses desafios tem e movida por um desejo de transformar essa realidade, Mirella Sombrio procurou o autor desta dissertação para construir um projeto, junto com Isabel Feijó, que é investigadora da Polícia Civil em Criciúma. Após algum tempo de estudo, surgiu o Projeto Criança e Adolescente em Rede (CRIAR), que é uma iniciativa da Sociedade Banda Cruzeiro do Sul, responsável pela captação de recursos para o projeto junto ao Fundo da Infância e Adolescência (FIA) e de levar as ações às escolas do município. O livro LANA, por sua vez, está inserido nesse projeto social.

Imaginando a sua potencialidade em programas que envolvem saúde e educação, como o Programa Saúde na Escola (PSE)- que desde de 2007 tem desenvolvido ações de saúde nas escolas em todo o país- é que se concebe a conexão entre o livro infantil, produto aqui apresentado e a Saúde Coletiva. O Guia é pensado, como uma forma de instrumentalizar professores e profissionais da saúde para realizar uma intervenção que seja pautada em evidências científicas, com potencialidade de desempenhar um papel central na discussão sobre a temática.

Dessa forma, o Guia que está sendo proposto aqui, se propõe a fomentar discussões em sala de aula que estimulem o desenvolvimento de habilidades educacionais e de saúde, ancoradas em uma perspectiva preventiva e reflexiva. Seu

objetivo não é eliminar completamente esse tipo de violência, mas conscientizar sobre a existência.

### 1.1 Justificativa

O Guia: "*CYBERBULLYING: GUIA PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL EM AMBIENTE ESCOLAR*" vem da necessidade de qualificar o ambiente escolar como espaço promotor de saúde mental, cidadania digital e convivência empática. Trata-se de uma proposta que ultrapassa a lógica da prevenção para abraçar a promoção da saúde, entendida como um processo ativo de fortalecimento de capacidades individuais e coletivas, conforme diretrizes do SUS e da Política Nacional de Promoção da Saúde. A escola precisa de recursos didáticos que incentivem a reflexão crítica, acolhimento e autoconhecimento, no sentido de uma educação cidadã. Isso especialmente frente aos desafios contemporâneos como o cyberbullying, que é um desafio para nossa sociedade contemporânea onde enfrentamos esse desafio com implicações legais e de saúde. Ao propor a criação de um material de apoio pedagógico baseado no livro "*LANA: Uma história sobre cyberbullying*" (Kubiaki, 2024), esta iniciativa busca fornecer subsídios concretos para que educadores e profissionais da saúde possam promover discussões significativas com as turmas, mediando experiências emocionais e sociais com responsabilidade e empatia. O guia propõe atividades para a discussão da cultura de paz e o bem-estar escolar e social.

A relevância desse material se manifesta ainda mais ao considerarmos a lacuna que muitos professores e profissionais da saúde enfrentam ao abordar temas sensíveis como o cyberbullying. A formação continuada e a qualificação dos profissionais da Educação e Saúde são elementos importantes para suas atuações. Assim, o guia também se propõe como estratégia de formação, uma ferramenta que amplia repertórios e confere legitimidade à atuação na promoção da saúde mental, especialmente quando há integração com iniciativas como o Programa Saúde na Escola (PSE).

Este trabalho, portanto, representa não apenas uma resposta às necessidades identificadas no cotidiano escolar, mas também um compromisso pessoal e acadêmico que assumimos enquanto pesquisadores e autores. Ao unir a experiência na área da Saúde Coletiva com a autoria da obra literária que inicia a

discussão desse guia, reconhecemos nesta produção uma oportunidade de transformar práticas educativas a partir do diálogo entre vivência profissional e conhecimento científico. A escrita deste material nasce de experiências concretas e do desejo de que crianças e adolescentes possam encontrar na escola um espaço seguro para ser, sentir, aprender e conviver de forma empática, crítica e acolhedora.

Dessa forma, o guia se justifica por sua capacidade de articular saúde e educação, teoria e prática, literatura e promoção da vida — uma ferramenta essencial para transformar o cotidiano escolar em um território de cuidado e conscientização.

## 1.2 Situação-problema

A ausência do tema na BNCC (2018) e a priorização da saúde mental no PSE 2025/2026, somado a dificuldade de formação continuada de professores e profissionais da saúde na promoção da saúde mental e na conscientização de crianças sobre os impactos do cyberbullying.

## 1.3 Finalidade do produto

O Guia tem por finalidade oferecer aos professores e profissionais de saúde que atuam no ambiente escolar ou no âmbito do Programa Saúde na Escola (PSE) uma ferramenta prática, com estratégias didáticas acessíveis, para abordar o tema do cyberbullying com crianças.

## **2. OBJETIVOS**

### 2.1 Objetivo Geral

Promover a conscientização sobre o cyberbullying na infância no âmbito do Programa Saúde na Escola

### 2.2 Objetivos específicos

Estruturar estratégias pedagógicas integradas para professores e profissionais de saúde para trabalhar com a temática de cyberbullying.

Desenvolver um guia prático de prevenção e enfrentamento do cyberbullying no ambiente escolar para professores e profissionais da saúde.

### 3. REVISÃO DE LITERATURA

O presente tópico da dissertação tem por finalidade auxiliar o leitor a compreender como está embasado teórico-conceitualmente o Guia que será apresentado na sequência. Neste item, será possível observar como os temas da Saúde e Educação se conversam para fazer com que a proposta esteja adequada para os dois campos de estudo, em ambiente escolar. Inicialmente, apresentamos o Sistema Único de Saúde (SUS) pelo viés da Atenção Primária em Saúde (APS) e Letramento em Saúde (LS). Na sequência como o cyberbullying impacta a vida de crianças e adolescentes e sua tipificação legal. Em um terceiro ponto temos a construção do conceito de infância que nos permite compreender a escolha do público-alvo para o Guia proposto, usando como base teórica Jean Piaget, além do reforço da importância da Literatura para a aprendizagem e as Metodologias Ativas (MA) como caminho para um aprendizado mais dinâmico. Por fim, a inserção da Saúde em ambiente escolar é discutida através do Programa Saúde na Escola (PSE), que desde 2007, vem apresentando tópicos em saúde para serem discutidos em ambiente escolar.

#### 3.1 Sistema Único de Saúde: Atenção Primária à Saúde e Letramento em Saúde

O SUS foi criado pela Constituição de 1988 e passou a ser implementado em 1990. Entre suas várias bandeiras está o acesso aos serviços de saúde e a promoção do bem-estar, considerados direitos de cidadania dos brasileiros, garantidos pela Constituição Federal de 1988 (Mendes, 2021; Viegas *et al.*, 2021).

Na sua estrutura organizacional, o Sistema Único de Saúde (SUS) é composto por três níveis de atenção: primária, secundária e terciária, cada um com funções específicas e complementares. A Atenção Primária à Saúde (APS), foco deste trabalho, representa o primeiro contato da população com o sistema e atua na prevenção, promoção da saúde e cuidado contínuo. Por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF), a APS tem apresentado resultados significativos, como a melhoria no acesso à informação em saúde, a redução da mortalidade infantil e o melhor controle de doenças crônicas, como hipertensão e diabetes. Embora seja o ponto de entrada do SUS, é importante destacar que a APS não resume todo o sistema de saúde, mas constitui um de seus pilares fundamentais. Sua forte ligação com ações

educativas a torna um espaço estratégico para o desenvolvimento do letramento em saúde, tema central desta pesquisa.

### 3.1.1 Atenção Primária à Saúde

A APS se diferencia dos serviços secundários e terciários em saúde por possuir uma característica de maior proximidade com o sujeito, a família e o território, sendo mais adaptável à sua realidade. O acompanhamento holístico do paciente, que se dá na Atenção Primária à Saúde, permite que o desenho do tratamento e do acompanhamento em saúde ocorra com maior integralidade. Assim, a atenção não ocorre de forma vertical, exigindo que o trabalho seja realizado em parceria entre o profissional e o paciente (Starfield, 2002; Mendes, 2021).

Para compreender a organização da APS, considera-se a inovação do trabalho que ela estabelece, favorecendo a proximidade dos serviços com seu território, a resolutividade e o trabalho multidisciplinar. Nesse sentido, o Programa Saúde da Família (PSF) se destaca como uma inovação dentro do SUS, lançado em 1994 pelo Ministério da Saúde e renomeado Estratégia Saúde da Família (ESF) a partir da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) em 2006. Seu objetivo é organizar setorialmente as populações, com conhecimento abrangente do território, pautado na participação popular, no conhecimento da clientela e em considerações sobre a cultura local, a fim de promover ações que extrapolam os muros das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e vão ao encontro da população (Soratto *et al.*, 2015; Starfield, 2002; Brasil, 2011; Mendes, 2002; Brasil, 2007).

A APS incorpora alguns elementos de outros níveis de atenção, mas valoriza especialmente o acompanhamento ao longo do tempo. Seu cuidado é baseado no território, na comunidade e na família, buscando formar uma parceria entre o profissional e o paciente, não se resumindo a oferta de consultas, com ações de promoção, prevenção, cura e reabilitação, para que os indivíduos obtenham o máximo de saúde e bem-estar, contrapondo-se às práticas centradas exclusivamente na cura da doença (Starfield, 2002). Por isso, é fundamental um trabalho integrado com a comunidade para compreender suas demandas.

A ESF agrega, além da atividade assistencial prestada, ações educativas, implementação de programas e medidas que possibilitem a mudança dos indicadores de morbimortalidade (Soratto *et al.*, 2015; Brasil, 2011; Mendes, 2021).

Starfield (2002) expressa no quadro a seguir as diferentes demandas entre o modelo biomédico tradicional e a proposta da APS. Pode-se observar que a principal mudança, que acarreta todas as outras no modelo APS, é o foco na saúde e não na doença, resultando no acompanhamento do indivíduo e de sua família pelas equipes, não apenas na busca de eliminar um mal, mas na promoção do bem-estar do paciente.

**Quadro 1:** “Comparativo de atendimento convencional e Atenção Primária”.

CONVENCIONAL	ATENÇÃO PRIMÁRIA
<b>ENFOQUE</b>	
DOENÇA	SAÚDE
CURA	PREVENÇÃO, ATENÇÃO E CURA
<b>CONTEÚDO</b>	
TRATAMENTO	PROMOÇÃO DA SAÚDE
ATENÇÃO POR EPISÓDIO	ATENÇÃO CONTINUADA
PROBLEMAS ESPECÍFICOS	ATENÇÃO ABRANGENTE
<b>ORGANIZAÇÃO</b>	
ESPECIALISTAS	CLÍNICOS GERAIS
MÉDICOS	GRUPOS DE OUTROS PROFISSIONAIS
CONSULTÓRIO INDIVIDUAL	EQUIPE
<b>RESPONSABILIDADE</b>	
APENAS SETOR DA SAÚDE	COLABORAÇÃO INTERSETORIAL
DOMÍNIO POR PROFISSIONAL	PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE
RECEPÇÃO PASSIVA	AUTO RESPONSABILIDADE

Fonte: Starfield (2002, p. 33).

Diante do exposto sobre a APS, considera-se fundamental compreender que as equipes que compõem essa força de trabalho precisam estar continuamente buscando formas de conscientização das populações e territórios sobre os processos de saúde-doença. Nesse sentido, uma tarefa importante é buscar estratégias para que as populações compreendam não apenas os processos da

doença, mas também o fortalecimento do bem-estar atrelado à saúde (Paim; Almeida-Filho, 2014; Starfield, 2002).

“Na voz dos usuários, o direito à saúde ainda é uma questão de luta (...)” (Viegas *et al.*, 2021, p. 4). As experiências pelas quais os usuários do SUS passam para que tenham acesso e garantido seu direito à saúde, vão muito além do acesso físico às estruturas dos prédios que abrigam as unidades de saúde. Elas passam também pela humanização do atendimento e pelo financiamento que implica na utilização dos serviços, com demora no atendimento, falta de recursos financeiros e humanos, ou ainda pelo subfinanciamento da saúde, que leva cada vez mais à espera pelos serviços (Viegas *et al.*, 2021).

Pensar as questões de acesso ao SUS também é falar sobre o olhar integral sobre o sujeito/usuário, uma vez que é o começo da trajetória do indivíduo dentro do sistema de saúde. Assim, a consideração do ser como um todo não parte de um tópico desconexo; ela está relacionada ao próprio conceito do que conhecemos como saúde. Ao refletir sobre o processo de saúde, nota-se que ele vem sendo estudado há longa data pela Medicina. Um desses primeiros modelos, observa-se no modelo biomédico o uso da doença para interpretar e fomentar sua prática em busca da saúde, de modo que, sejam as condições no leito hospitalar ou em ações mais amplas, a eliminação da doença seja vista como sinônimo de saúde. Já no modelo da integralidade, a prática em saúde vai além do processo saúde-doença, buscando contemplar integralmente o ser humano em suas demandas, a partir da determinação social. O resultado, como saúde, seria o bem-estar do paciente, em que haveria um equilíbrio entre aspectos físicos, mentais e sociais (Hegenberg, 1998).

Ao voltar o olhar para o conceito de sujeito integral em suas necessidades (sociais, emocionais, biológicas, etc...), busca-se avançar sobre tópicos essenciais. Primeiramente, em relação às melhores práticas dentro da Medicina, favorecendo e valorizando um atendimento mais holístico ao paciente. Além disso, busca-se superar a barreira da fragmentação dentro do cuidado em saúde, melhorando a gestão e as práticas no setor. Por fim, há a necessidade de respostas governamentais mais eficazes para os problemas de saúde. Ao refletir sobre essa integralidade de cuidado, se busca garantir o acesso à saúde de forma completa e o acesso à saúde como uma forma de cidadania (Pinheiro; Mattos, 2009).

### 3.1.2 Letramento em Saúde (LS)

Revisão narrativa sobre o processo de Letramento em Saúde (LS) mostra que os autores buscam compreender de que forma se estabeleceram os conceitos em saúde. Em busca no portal *SciELO*, verificou-se que 34 textos e artigos (*vide* Quadro 2) usam os descritores combinados em português “educação em saúde”, “letramento em saúde” e “história”, e em inglês “*health literacy*” e “*history*”. O surgimento de um letramento em saúde pode ser rastreado desde meados do século XX, e que ainda contribui para o fortalecimento do conhecimento das pessoas sobre o tema Saúde (Martins *et al.*, 2022).

O letramento em saúde (LS) é definido como a capacidade que um indivíduo possui de acessar, entender, avaliar e utilizar informações e serviços para a tomada de decisões sobre sua saúde de maneira bem fundamentada (Barbosa *et al.*, 2022, p. 212).

Percebe-se que as práticas de LS favorecem também o empoderamento dos sujeitos, fazendo com que cada vez mais a população seja ativa no processo de saúde, não somente individual, mas também coletivo (Barbosa *et al.*, 2022; Martins, 2022). O desconhecimento dos direitos do cidadão enquanto sujeito de direito gera uma série de consequências no acesso aos serviços. Por isso, a educação em saúde pode ser relevante para que a população participe ativamente do seu processo de saúde individual e coletivo, considerado empoderamento (Viegas *et al.*, 2021).

O LS segue um viés de interação entre a leitura e os mais diferentes tipos de comunicação. A integração desses conhecimentos de saúde no dia a dia dos indivíduos acontece de formas variadas: individual, coletiva, educacional ou assistencial. Os primeiros estudos sobre LS no Brasil começaram nos anos 2000, mas suas bases teóricas vêm de correntes de estudos americanos e australianos, entre outros.

O LS busca compreender como o indivíduo adquire conhecimento sobre saúde e também dimensionar o impacto dos saberes adquiridos nos resultados em saúde, tanto em nível individual quanto coletivo, sendo um instrumento valioso para a promoção da saúde. Embora 40 % dos estudos na área de LS estejam voltados para condições crônicas, conforme Peres (2022), percebe-se que crescem os estudos relacionados ao bem estar e promoção de saúde.

Conforme Barbosa *et al.* (2022), o LS serve como uma ferramenta para a promoção da saúde na APS. Em sua revisão analítica de 18 artigos, os autores concluíram que o LS pode garantir maior resolutividade às demandas no processo assistencial em saúde, tendo um impacto significativo na sustentabilidade do SUS. Assim as estratégias para uma melhor implementação de propostas de LS, tanto pelo viés comunitário quanto pela participação cidadã nos processos de saúde e doença, promovendo melhores avanços em saúde, pois o LS promove autoconhecimento e autonomia. Nesse sentido, um baixo nível de LS pode comprometer a resolutividade da APS.

Compreende-se, portanto, o LS como uma estratégia para melhorar os desfechos em saúde. Essa prática deve ser considerada dentro das ações de integralidade do SUS, pois, ao termos indivíduos mais cientes e conscientes dos processos de saúde-doença, favorecemos neles um sentimento de pertencimento ao processo. Assim, como cidadãos atuantes, há uma busca por ações que promovam, protejam e recuperem a saúde da população (Barbosa *et al.*, 2022; Peres, 2022).

### 3.1.3 Cyberbullying e Saúde Mental no ambiente escolar

As questões que afetam os processos de saúde da população vêm ganhando novos marcos, no sentido de termos desafios novos a cada dia, com os processos civilizatórios avançando para uma revolução digital cada vez mais presente na vida das pessoas. As questões de saúde mental ganham muita relevância. Um processo moderno que pode afetar esses processos são as redes sociais e as interações por meio dela. O cyberbullying se integra nessa discussão como um fator importante para o processo de saúde, principalmente das crianças e adolescentes, que estão em processo de formação biopsicossocial.

A sociedade mudou ao longo do tempo e a escola também tem um papel importante em mudar e ser mudada, conforme o tempo que está inserida. Dentro dessas mudanças do mundo digital, o cyberbullying é uma nova roupagem de um antigo problema e demanda da escola, o bullying, mas que reflete o seu tempo, estando inserido no mundo digital.

Em 2024, através da lei nº 14811, foi criado um sistema nacional de prevenção e combate ao cyberbullying, além de propostas para o acolhimento das demandas da vítima e campanhas de conscientização. Importante destacar que a lei

altera o código penal, de 1945, e inclui o bullying e cyberbullying como crime, podendo resultar na reclusão do agressor.

Art. 6º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte art. 146-A:

**“Intimidação sistemática (bullying)**

Art. 146-A. Intimidar sistematicamente, individualmente ou em grupo, mediante violência física ou psicológica, uma ou mais pessoas, de modo intencional e repetitivo, sem motivação evidente, por meio de atos de intimidação, de humilhação ou de discriminação ou de ações verbais, morais, sexuais, sociais, psicológicas, físicas, materiais ou virtuais:

Pena - multa, se a conduta não constituir crime mais grave.

**Intimidação sistemática virtual (cyberbullying)**

Parágrafo único. Se a conduta é realizada por meio da rede de computadores, de rede social, de aplicativos, de jogos **on-line** ou por qualquer outro meio ou ambiente digital, ou transmitida em tempo real:

Pena - reclusão, de 2 (dois) anos a 4 (quatro) anos, e multa, se a conduta não constituir crime mais grave (Brasil, 2024, p. 1).

Assim, essa lei não busca somente a tipificação e a pena para os crimes, mas chama a sociedade brasileira, organizações sociais, empresas da área e as escolas a criarem mecanismos e campanhas para os riscos que o cyberbullying ocasiona em diferentes níveis da vida da criança e adolescente.

O cyberbullying é conhecido como “fenômeno sem rosto”, diferenciado do bullying por características específicas que lhe conferem proporções singulares. Os principais aspectos que distinguem o cyberbullying do bullying são a difícil identificação do agressor, o significativo aumento do número de testemunhas, a possibilidade de inversão de papéis – vítima se tornar agressor e vice-versa –, assim como a inexistência de retorno verbal ao emissor sobre o resultado da ação (Aleixo; Engelman, 2022, p. 207).

Mas o tema da violência, principalmente no viés da infância, é ainda mais grave, uma vez que seu impacto leva a condições alteradas ao longo da vida. Realizamos uma seleção de artigos com o tema cyberbullying com os descritores: “cyberbullying”, “prevenção”, “educação” e “violência”, na seguinte combinação: Cyberbullying e Prevenção; Cyberbullying e Educação e Cyberbullying e Violência, restringindo a busca a publicações em língua portuguesa dos últimos 10 anos, indexadas na base SciELO.

Observa-se que dos 11 artigos captados na pesquisa, cinco são dos últimos 5 anos Malta *et al.* (2024), Fujita e Ruffa (2019), Flôres *et al.* (2022), Zuin e Zuin (2020), Caetano *et al.* (2017), apontado para uma tendência de cada vez mais discussões para os casos de violência no âmbito digital. E é sobre eles que vamos discutir agora.

Malta *et al.* (2024), tem uma grande importância para a presente pesquisa, uma vez que vai refinar dados da Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar de 2019. Em seus dados, ele aponta que existe uma prevalência de 13,2% de cyberbullying entre o público apresentado na pesquisa de 2019, entre eles, a maioria eram adolescentes, do sexo masculino e mais velhos (entre 16 e 17 anos). Dentro dessa perspectiva, é importante novamente apontar a teoria de Piaget sobre o desenvolvimento e o quanto a intervenção precoce pode favorecer um ambiente domiciliar mais conectado entre crianças e tutores. Quando se deparam com casos mais relevantes de cyberbullying no período de adolescência, fica a indagação sobre o processo preventivo falho pelo qual esses indivíduos passaram ao longo de sua formação e desenvolvimento.

Fujita e Ruffa (2022), apontam dados que corroboram com Malta *et al.* (2024), mas ampliam a discussão sobre a temática da violência cometida na internet:

“(...) concluiu-se que os principais motivos apontados para a discriminação testemunhada por esse público foi a cor ou raça (26%), seguido por aparência física (16%), afinidade entre pessoas do mesmo sexo (14%) e religião (11%). Os resultados da pesquisa indicam que os meninos e os adolescentes (15 a 17 anos) foram os que mais tiveram contato com esses tipos de conteúdo na rede (Fujita; Ruffa, 2022, p. 406)

Assim, ao discutir a sistematização desse tipo de violência, se percebe um perfil de brasileiros que sofrem discriminação, e conforme a lei 14811/24, perseguição sistemática por sua raça, porte físico, gênero e religião. O que se destaca na pesquisa Fujita e Ruffa, 2019, é que a violência se intensifica entre adolescentes, não pelo viés de existir nessa fase da vida, mas pelos impactos sócio emocionais que podem causar o contato com esse tipo de violência (Brasil, 2024).

Em Aleixo; Engelman (2022), podemos verificar um ponto profundo que deve ser discutido dentro desse perfil de violência, que é a prática dela dentro de ambientes de trabalho pelo viés da bioética. O cyberbullying, compreendido como uma violência difícil de identificar o agressor, pode causar sérios danos ao indivíduo, uma vez que sua repercussão não pode ser dimensionada. É difícil delimitar a extensão de provas da violência cometida, uma vez que o armazenamento de materiais não pode ser rastreado em todos os casos.

Grande número de crianças e adolescentes frequenta o ciberespaço, o que se reflete na falta de responsabilidade na utilização desse ambiente. A falta

de comprometimento e controle vira espécie de estímulo e propicia “brincadeiras maldosas”, que findam em práticas agressoras. A maneira mais adequada para precaver o bullying virtual é a supervisão por parte da família e dos educadores (Aleixo. Engelman, 2022, p. 210).

Ainda com o refinamento da pesquisa, Aleixo e Engelman (2022), apontaram que 68,6% dos entrevistados já sofreram cyberbullying, mas por outro lado 71,4% já foram agressores, entre adultos. Em um universo amplo como a internet, a prática da violência usa o anonimato para se perpetuar. Muito embora possam parecer distintas, a exposição exacerbada pela qual os indivíduos estão praticando na internet e o anonimato na rede, andam juntos, uma vez que existe quase uma quebra de barreira ética, ao não ser visto pelo outro.

Já a pesquisa de Flôres *et al.* (2022) traz para a discussão o que adultos compreendem como cyberbullying, nos serve de alerta o desafio que é a inserção de pessoas ao meio digital e a educação para o digital. Eles realizam uma pesquisa que escuta os professores sobre o assunto do cyberbullying, para além dos resultados que os professores percebem a existência da violência no meio virtual, também evidenciam:

Todos os entrevistados mencionaram o professor como sendo o principal responsável pelas orientações éticas e cidadãs oportunizadas aos alunos. Verbalizaram que o docente tem o papel de prevenir as atitudes violentas dos alunos, através dos ensinamentos em sala de aula com a exposição de temas que trazem as regras básicas de convivência social e respeito aos direitos do outro (Flôres *et al.*, 2022, p. 4).

Nesse sentido, ainda que o professor se sinta como um dos responsáveis por evitar essa prática, o estudo conclui de uma forma muito interessante, apontando que nenhum professor em suas entrevistas citou a rede de proteção, que é prioritária na proteção das crianças e adolescentes conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990). Isso faz uma relação direta com a discussão construída aqui, pois uma vez que não se entende que a violência não é de um espaço, mas é contra uma parcela da população, não se consegue avançar na discussão (Flôres *et al.*, 2022).

Em Zuin e Zuin (2020), a escola está inserida nesse contexto de proteção e violência, levantando um tema importante sobre o controle de estudantes com uso de reconhecimento facial, embora a prática seja identificada como um sinônimo de aumento de segurança, o estudo reforça que existe um movimento inverso acontecendo na escola, uma vez que o reconhecimento facial é identificado como

um processo de repressão contra estudantes, fazendo com que esses tentem quebrar as regras do sistema, para isso, usam de cyberbullying contra professores para questionar a autoridade dos mesmos.

Se de um lado temos em Malta *et al.* (2024), o perfil de pessoas que sofrem violência cibernética, em Fujita e Ruffa (2019), aponta-se o adolescente como o principal envolvido sofrendo e recebendo esse tipo de violência. Em Flôres *et al.* (2022), um grande apontamento que nos revela a exposição como uma mão dupla, de quem pratica e de quem produz violência. Em Zuin e Zuin (2020), há uma demanda urgente de professores que necessitam lidar com o tema, mas nem sempre contam com apoio de redes de proteção da criança ou equipes diretivas. E temos em Caetano *et al.* (2017), uma das causas da repercussão da violência nas escolas, o perfil autoritário pelo qual as instituições tratam pessoas em formação. Percebe-se que a questão da violência praticada no meio digital demanda mais do que ações isoladas, mas do esquema de rede.

Como veremos nos capítulos posteriores, à proteção da criança e adolescente mesmo que se tenha percebido com a revisão acima que o cyberbullying não acontece apenas entre essa faixa etária - demanda de mecanismos de proteção da criança. Retoma-se a importância da proteção da criança como um sujeito de direito, que tem a necessidade de ser amparado e protegido por toda a sociedade.

Ao ter refletido sobre as questões de cidadania, APS, LS, cyberbullying e considerando suas várias interfaces, é necessário avançar no tema de onde e com quem aplicar esses conhecimentos. Para isso, se iniciará a seguir, um percurso para compreender como a criança é formada, no sentido filosófico, jurídico e social, pois é através dessa conceituação, que o texto aqui poderá justificar a escolha de um público tão focal para a pesquisa que está se desenvolvendo.

### 3.2 Construção do conceito de infância no tempo e no espaço

Considerando o enfoque dessa revisão, agora a direção do tema irá para a discussão sobre a formação de cidadão desde a base, começando na infância. O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA, 1990), coloca a saúde como um dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, não somente pelo viés de um tratamento clínico e médico, mas também por campanhas de educação sanitária que

favoreçam a disseminação de informações para uma vida com maior bem-estar das pessoas.

Art. 11. É assegurado acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, observado o princípio da equidade no acesso a ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016) (Brasil, 1990).

Dessa forma, pode-se considerar que o percurso histórico e do Direito, tem feito com que o olhar a infância seja de garantia de direito, a cidadão de direito. Isso significa um esforço social e governamental para que haja a proteção desses sujeitos em vários âmbitos, inclusive da saúde.

Essa categoria social, criança e infância, vem contemplada na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança e Adolescente - PNAISC (Brasil, 2018), pelo Ministério da Saúde, que visa a promoção de saúde e bem-estar para as crianças, pautado no desenvolvimento integral do sujeito. Mas o que seria essa categoria social “infância”? Pode-se verificar que ao longo da história, a infância e a criança não existiam como as conhecemos hoje, sendo o período entre o nascimento e a adolescência considerado um grande bloco. As primeiras discussões sobre o tema da infância se abrem com Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), considerando que a infância era um período diferente do desenvolvimento humano, por isso, a educação deveria respeitar a natureza do sujeito. Friedrich Froebel (1782-1852) na Alemanha criou os “Jardins de Infância”, um espaço de cuidado e educação voltado para as crianças pequenas. Maria Montessori (1870-1952) na Itália, discutiu a autonomia das crianças e a educação como um direito para todos, inclusive pessoas com deficiência, entre outros autores. No Brasil, vê-se essa categoria social dissociada de um ser humano “criança” como conhecemos, e sim, associada a pequenos delitos frutos dos processos de urbanização do país no início do século XX ou ainda como uma mão de obra necessária para as lavouras (Del Priori, 2000; Queiroz, 2010; Oliva, 2024).

Conforme Reis e Custódio (2017), a percepção dessa fase da vida como categoria social começa a se formar mais perto de nossos tempos. Enquanto sujeito de direito, a primeira vez que aparece a defesa do sujeito como parte de uma família humana é em 1948, na Declaração dos Direitos Humanos, e mais tarde, em 1959, com a Declaração Universal dos Direitos da Criança. Isso implica em dar ao sujeito uma posição de direito. Ao entrarmos no universo da história do desenvolvimento de

um conceito de infância e de criança, podemos perceber que o caminho percorrido por essa categoria social passa de um sujeito invisível, para um sujeito criminalizado e por fim protegido pelo estado. Mas o que é a Infância e o que caracteriza uma criança? Veremos a seguir, a construção histórica e jurídica dessa categoria e como essa mudança jurídica e filosófica protege esse período da vida do ser humano.

Para Rousseau, em sua obra *Emílio, ou da Educação* de 1762, a educação das crianças é o real caminho para proporcionar uma modelagem para o homem do futuro. Para o filósofo, a criança aprende de três formas: por Natureza, por Homens e por Coisas. Nessa perspectiva, o autor defende que as novas gerações dependem de uma formação holística, que reforcem a sabedoria e boa conduta, através de práticas para o desenvolvimento físico e intelectual, levando ao autoconhecimento e autoavaliação (Rousseau, 1762; Queiroz, 2010; Oliva, 2024).

As experiências de Froebel, com a discussão de infância, fizeram que houvesse a criação dos *Kindergarten*<sup>1</sup>, que seriam jardins, onde teríamos plantas que deveriam ser regadas pelas jardineiras, que seriam as professoras em um processo de transferência de conhecimento, propriamente dito. Já a experiência italiana da médica Montessori, indica que houve uma preocupação no desenvolvimento da autonomia e liberdade das crianças. Podemos considerar que dentro de uma moral católica, a médica italiana procurou mesclar experiências do campo e da cidade para que o sujeito pudesse desenvolver-se em sua integralidade (Heywood, 2004; Oliva, 2024).

Reunindo historiadores, Del Priori (2000), constrói uma narrativa sobre a história da criança, desde os tempos do Brasil colônia até a virada do milênio. Ela constrói diferentes perspectivas do que significa ser criança no Brasil, não só pelo ponto de vista histórico, mas jurídico, religioso e social. Como principal ponto, se vê a criança destinada aos interesses adultos, conforme o período histórico, seja como pessoa escravizada ou liberta filha de escravos, no período pós- Abolição (1888).

A instituição da Lei da Vadiagem<sup>2</sup> de 1890, com a consideração de “prisões

---

<sup>1</sup> *Kindergarten* (Jardim de Infância, em alemão), considera a criança através de um olhar moral-religioso, tornando os espaços dos *Kindergarten*, um lugar para o melhoramento moral do sujeito, valorizando seus talentos para a construção de uma sociedade mais harmônica (HEYWOOD, 2004; OLIVA, 2024)

<sup>2</sup> Art. 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistência e domicílio certo em que habite; prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes: Pena - de prisão cellullar por quinze a trinta dias.

industriais”, ou seja, considera que a correção de delitos por menores e a não ocupação que levaria ao delito, poderia ser corrigida através do trabalho e ocupação laboral. Isso fez com que aumentasse o recolhimento de menores ao longo das décadas seguintes da República Velha (1889-1930) até os processos de trabalho na infância e as diferenças entre crescer no campo e nas cidades (Del Priore, 2000).

A criminalização dos menores esteve sempre atrelada às condições sociais dos menores, fazendo que houvesse uma associação estatal entre a pobreza e os menores e a criminalidade. Mas é por meio das ideias dos imigrantes anarquistas italianos em São Paulo, que surgem os primeiros questionamentos quanto à situação de delinquência associada aos menores pobres. Em 1927, no governo de Washington Luiz, cria-se o Código de Menores, com ele, entra na mira do estado os menores abandonados das cidades, tomando para o estado a responsabilidade de uma “correção”. Com os internatos, se estabelece um novo paradigma, um lugar que a sociedade apoiava como um lugar de correção de comportamentos e um lugar que servia como ameaça aos maus comportamentos. Essa visão de uma correção através do medo prevaleceu até 1979, quando se estabelece a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, que visava um tratamento “biopsicossocial” em vez de uma cultura da “violência”, falhando miseravelmente e encarcerando cada vez mais menores pobres nas FEBEMs, então espalhadas por cada unidade da federação (Del Priore, 2000).

A discussão do direito na infância passa por uma diferença de conceituação ao decorrer do final do século XX, principalmente com a constituição de 1988. Passando de uma “Teoria da Situação Irregular”, ou Direito do Menor, para uma “Teoria da Proteção Integral”, que nos auxilia a compreender de forma mais profunda o Direito da Criança e do Adolescente, segundo a qual, o sujeito é dotado de necessidades, direito e importância, fazendo com que seja capaz de participar das decisões que recaem sobre si. Conforme a Teoria da Proteção Integral, teremos no sujeito, uma importância que em momentos históricos anteriores, as crianças e adolescentes não haviam conquistado, nesse sentido, o direito da Criança e

---

§ 1º Pela mesma sentença que condemnar o infractor como vadio, ou vagabundo, será elle obrigado a assignar termo de tomar occupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena.

§ 2º Os maiores de 14 annos serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriaes, onde poderão ser conservados até á idade de 21 annos. (BRASIL, 1890, *redação original*).

Adolescente é uma busca por cumprir direitos fundamentais para a prática integral da cidadania juvenil (Custódio, 2008; Heleno; Ribeiro, 2010).

Como uma forma de busca da garantia de direito, o Marco Legal da Primeira Infância (Lei n. 13.257/2016) se refere a uma série de estratégias para salvaguardar o direito e garantir o desenvolvimento integral, de maneira holística, de nossas crianças entre zero aos seis anos.

E mais: a criança é parte ativa do seu próprio desenvolvimento. Independentemente da idade, é uma pessoa e um sujeito de direitos, e, portanto, cidadã. Esse é um dos fundamentos da lei, que também ressalta o fato de a criança precisar ser escutada, de acordo com sua forma de se expressar, o que requer formação específica dos profissionais que atuam nessa área (Brasil, 2022)

Assim, dentro das possibilidades que o Marco Legal trás para a discussão da primeira infância, está a criança como centro da política, a busca da articulação entre estados e municípios e a necessidade de participação popular nas tomadas de decisões “busca superar a era dos “direitos negativos”, focados na proteção e na prevenção (não morrer prematuramente, não passar fome, não ser vítima de maus-tratos ou negligência)”. Passando para um direito que integre o brincar, o direito a um desenvolvimento integral (social, cognitivo, emocional, físico (etc...)) (Brasil, 2022).

Conforme Veronese e Ribeiro (2019), o Pacto se refere a um esforço entre judiciário, órgãos governamentais e sociedade civil organizada para priorizar ações, que dentro das legislações e ações de governo, garantam o direito das crianças. É um olhar atento para a questão da Primeira Infância, e a busca por considerar o sujeito nas ações sociais e legislações. Ainda, dentro desse mesmo trabalho, somam-se dados importantes, no que se refere ao impacto que a negligência com a primeira infância pode ter ao longo da vida da criança e adolescente, indicando uma baixa de qualidade de vida e bem-estar. Pois, ao termos 20 milhões de crianças de zero a seis anos em uma condição de “muito pobres”, como as autoras referem, comprometemos o acesso à garantia do direito à cidadania desses sujeitos, mas também aspectos cognitivos, sociais e afetivos.

No âmbito da saúde, temos no Art. 24<sup>3</sup> da Convenção sobre os Direitos das

<sup>3</sup>

**Artigo 24**

1. Os Estados Partes reconhecem o direito da criança de gozar do melhor padrão possível de saúde e dos serviços destinados ao tratamento das doenças e à recuperação da saúde. Os Estados Partes devem envidar

Crianças, um desenho muito específico para que os Estados Partes desenvolvam o acesso à saúde e seus serviços.

Inicialmente pautado em um modelo biomédico, a Convenção vai pensar em tratar doenças já existentes nas crianças e mães, mas é possível perceber que nos tópicos cinco e seis da parte dois, fica evidenciada uma preocupação com a prevenção de doenças, com ações caracterizadas acima (Organização das Nações Unidas, 1990).

Aqui uma explicação que se considera importante: embora a PNAISC (Brasil, 2018), considere as crianças de até nove anos, neste texto, tem-se uma aproximação maior com a legislação federal que compreende o período da infância maior. Conforme aponta o ECA (Brasil, 1990), que em seu artigo 2º, delimita o sujeito criança de zero até os 12 anos incompletos, após essa idade, sendo considerado adolescentes pelo mesmo estatuto.

Com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças (1989), ratificado no Brasil em 1990, que se tem uma mudança de paradigma jurídico brasileiro, quando coloca-se a criança como um sujeito de direito, fazendo com as normativas do Estado tenham que se adequar a Convenção, isso vai significar a mudança vista anterior, do Direito do Menor para uma Teoria da Proteção Integral.

esforços para assegurar que nenhuma criança seja privada de seu direito de usufruir desses serviços de cuidados de saúde.

Os Estados Partes devem garantir a plena aplicação desse direito e, em especial, devem adotar as medidas apropriadas para:

- reduzir a mortalidade infantil;
- assegurar a prestação de assistência médica e cuidados de saúde necessários para todas as crianças, dando ênfase aos cuidados primários de saúde;
- combater as doenças e a desnutrição, inclusive no contexto dos cuidados primários de saúde mediante, *inter alia*, a aplicação de tecnologia prontamente disponível e o fornecimento de alimentos nutritivos e de água limpa de boa qualidade, tendo em vista os perigos e riscos da poluição ambiental;
- assegurar que as mulheres tenham acesso a atendimento pré-natal e pós-natal adequado;
- assegurar que todos os setores da sociedade, especialmente os pais e as crianças, conheçam os princípios básicos de saúde e nutrição da criança, as vantagens do aleitamento materno, da higiene e do saneamento ambiental, e as medidas de prevenção de acidentes; e que tenham acesso à educação pertinente e recebam apoio para a aplicação desses conhecimentos;
- desenvolver assistência médica preventiva, orientação aos pais e educação e serviços de planejamento familiar.

2. Os Estados Partes devem adotar todas as medidas eficazes e adequadas para eliminar práticas tradicionais que sejam prejudiciais à saúde da criança (Organização das Nações Unidas, 1990).

Ou seja, passa ao Estado e sociedade a responsabilidade em garantir com que sejam efetivadas as legislações para a proteção das crianças,

Os princípios que configuram a proteção integral reconhecem os direitos: à igualdade, sem distinção de raça, religião ou nacionalidade; uma proteção especial ação para o seu desenvolvimento físico, mental e social; o direito a um nome e uma nacionalidade; à alimentação, moradia e assistência médica adequadas para a criança e a mãe; à educação e aos cuidados especiais para a criança física ou mentalmente deficiente; ao amor e à compreensão por parte dos pais e da sociedade; à educação gratuita e ao lazer infantil; a ser socorrido no primeiro lugar, em caso de catástrofes; a ser protegido contra o abandono e a exploração sem trabalho; e crescer dentro de um espírito de solidariedade, compreensão, amizade e justiça entre os povos (Veronese e Ribeiro, 2019, p. 630-631).

Pretende-se levar o leitor a analisar também questões mais específicas dentro deste trabalho, voltando o olhar nesse momento para as questões de saúde que são construídas nos documentos e que fazem parte dessa proteção integral às crianças.

Alinhando isso à construção do que é a infância, realizada anteriormente, se reforça o papel fundamental que tem a educação associada à saúde, como um complemento em si, não temos educação sem saúde e não temos saúde sem educação (Veronese; Ribeiro, 2019).

A seguir, o leitor se deparará com um ponto crucial dessa revisão, a defesa teórica que faz parte da construção do texto. Aqui é constituído através de um teórico francês, Jean Piaget, que pensa o desenvolvimento infantil através da sua construção cognitiva. Ele não desconsiderará o ambiente na formação da criança, mas seu foco de trabalho estará voltado para o desenvolvimento da criança no nível cognitivo, como a criança aprende a pensar.

### 3.2.1 Piaget e o Modelo de Desenvolvimento e Aprendizagem da linguagem escrita

Diante de uma perspectiva dialética piagetiana neste espaço, se construirá uma reflexão sobre a teoria do desenvolvimento infantil, defendida por Jean Piaget (1896-1980). Esse teórico foi escolhido, diante da proximidade com o viés dos autores em convicção que o desenvolvimento infantil deve refletir um equilíbrio entre o desenvolvimento orgânico do sujeito e a interação social com o seu meio. Aqui, o texto vai conversar com a teoria piagetiana e os marcos do desenvolvimento seguidos pela Saúde Pública no Brasil, através da Caderneta da Criança, fornecida

pelo SUS a todos os nascidos vivos no país (La Taille, 1992; Piaget, 1999; Piaget, 2013; Brasil, 2024).

Considera-se que a Epistemologia Genética tem seu maior teórico Piaget, que se baseia em um desenvolvimento do sujeito dentro da psicogênese<sup>4</sup>, a interação deste com o objeto de aprendizagem. Para compreender, o desenvolvimento começa com uma inferência da criança sob um objeto, passando para uma significação lógica daquela interação, se agrupando a outros conhecimentos e conectando uma rede de conhecimentos, para por fim, propor um resultado dessa interferência sob o objeto e concluir através de uma experimentação (La Taille, 1992; Piaget, 1999).

O início desse processo começa de forma empírica, com os primeiros testes que a criança vai fazer no início da vida, ainda bebê. Ou seja, nesse momento se está falando de um movimento de aprendizagem da criança de uma forma global (pegar, andar, decodificação e significação da visão, audição, etc...), não se concentrando ainda na aprendizagem formal (La Taille, 1992; Piaget, 1999).

Nesse sentido, La Taille (1992), aponta que os estudos tentam dissociar a figura de Piaget com teorias que compreendem a interação social como parte do processo cognitivo, entretanto, a autora aponta na obra de Piaget, inúmeros escritos que colocam o teórico como um interacionista, deixando escapar, entretanto, que o desenvolvimento da inteligência humana não se dá somente através da interação, mas via de regra, é parte da construção da inteligência associar-se com outros sujeitos para seu desenvolvimento. “Em suma, afirmar que o homem é um ser social, ainda não significa optar por uma teoria que explique como este “social” interfere no desenvolvimento e nas capacidades da inteligência” (La Taille, 1992 p. 12).

Na teoria de Piaget é importante definir três conceitos fundamentais para compreender sua linha de raciocínio e pesquisa. Esses conceitos sobre como se desenvolve a inteligência humana, vão ser importantes para se colocar um limite entre o que se considera relevante ou não na presente pesquisa. São eles: Assimilação, Acomodação e Equilibração.

Ora assimilando assim os objetos, a ação e o pensamento são compelidos a se acomodarem a estes, isto é, a se reajustarem por ocasião de cada

---

<sup>4</sup> “*Psicogênese* pode ser definida como a história de uma ideia ou conceito, tal como influenciado pela própria atividade intelectual do aprendiz. O desenvolvimento psicogenético pode ser comparado com o *desenvolvimento sociogenético*- essas hipóteses atribuídas às transmissões culturais por parte dos adultos” (Goodman, 1995, p. 16).

variação exterior. Pode-se chamar 'adaptação' ao equilíbrio destas assimilações e acomodações (Piaget, 1999, p.17).

Assim, o que o autor considera sobre a aprendizagem formal estaria relacionado a capacidade do ser humano de partir de um ponto (um conhecimento) e através da ampliação desse, adquirir um novo conhecimento (ou voltar para o ponto que estava inicialmente) de forma que ele esteja equilibrado, fazendo que a experiência daquela aprendizagem seja, após equilibrada, acomodada para dar início a uma nova busca de conhecimento, e o ciclo continuar acontecendo (La Taille, 1992; Piaget, 1999).

Qualquer conduta (conduite), tratando-se seja de um ato executado exteriormente, ou interiorizado no pensamento, apresenta-se como uma adaptação ou, melhor dizendo, como uma readaptação. O indivíduo age apenas ao experimentar uma necessidade, ou seja, se o equilíbrio entre o meio e o organismo é rompido momentaneamente; neste caso, a ação tende a restabelecer o equilíbrio, isto é, precisamente a readaptar o organismo (Piaget, 2013, p.18).

Além dos processos que o ser humano passa para o desenvolvimento da cognição e afins. Outro ponto importante da teoria de Piaget são as fases de desenvolvimento, isso quer dizer, que o ser humano respeita uma “escada” que significa o avançar de estágios do seu desenvolvimento. Esse ponto é importante pois com ele, se justifica a escolha teórica em observar e aceitar os marcos do desenvolvimento (que vão elencar quais as habilidades que cada criança deveria realizar para cada idade ou período de vida) (La Taille, 1992; Piaget, 1999).

Assim temos quatro estágios principais: operações sensório-motoras, pré-operacionais, operacionais concretas e operações formais. Veremos a seguir como elas se estruturam, segundo Piaget (1999):

**I- Estágio sensório-motor:** Ele se inicia no nascimento da criança e vai até perto dos dois anos de idade (0 à 24 meses). Aqui, as ações do bebê estão ligadas a feitos motores e sensoriais, é por meio do desenvolvimento motor e sensorial que a criança aprende sobre si e sobre o seu ambiente. Com uma perspectiva empírica, o bebê explora a possibilidade de conhecer seu corpo e espaços (Piaget, 1999).

**II- Estágio pré-operatório:** a segunda fase vai dos dois anos aos sete anos e se concentra no reconhecimento do eu da criança, é uma fase egocêntrica, onde a criança formula e desenvolve imaginação e linguagem a partir do seu ponto de vista (Piaget, 1999).

**III- Estágio operatório concreto:** Essa fase vai dos sete aos 12 anos, ela está relacionada à capacidade de pensamento lógico da criança e estabelecimento de conceitos concretos (Piaget, 1999).

**IV- Estágio operatório formal:** Iniciando aos 12 anos e sendo estendido até a vida adulta. Nessa fase o indivíduo consegue elaborar conceitos mais abstratos, realizando um raciocínio hipotético e conseguindo resolver problemas de forma mais racional (Piaget, 1999).

O desenvolvimento cognitivo integral está ligado a relações satisfatórias entre funcionalidades: sensorial, perceptiva, motora, linguística, intelectual e psicológica, cujo progresso de tais dimensões se estruturam a partir de etapas de maturação neurocerebral do indivíduo. (Brasil, 2018b, p. 61-62)

Pode-se resgatar na PNAISC, uma discussão sobre a importância do desenvolvimento da criança atrelado aos marcos do desenvolvimento, ainda que não elenque os marcos no documento. Nesse sentido, se pode relacionar a PNAISC e a teoria de Piaget, que vai mostrar que o ser humano se desenvolve cognitivamente respeitando estágios de desenvolvimento. Sem desconsiderar a família e o meio social, como um fator importante para o desenvolvimento, a PNAISC, busca alertar os agentes públicos para vários marcos que devem ser atingidos ao longo da vida da criança (Brasil, 2018a; Piaget, 1999).

Por isso, ao considerar os estágios de desenvolvimento cognitivo, através da teoria piagetiana, se compreende que a criança após os sete anos vai estabelecer o Estágio operatório concreto que possibilita a ela a compreensão de conceitos e desde essa época da vida é fundamental a estimulação no viés de uma educação voltada tanto para a aprendizagem formal, quanto para conceitos coletivos, como a cidadania, reforçada como conteúdo da BNCC (Brasil, 2018a; Piaget, 1999).

Verifica-se que em conjunto com a PNAISC (Brasil, 2018a), a Caderneta de Saúde da Criança e da Gestante (Brasil, 2024) - que possui duas versões, para os meninos e para as meninas - conta com orientações gerais para os pais sobre cuidados físicos, nutricionais, de segurança e também em relação ao desenvolvimento. Fica evidenciado, nessa perspectiva, um atrelamento entre a teoria de Piaget e o documento oficial, no que se refere às classificações de desenvolvimento por marcos esperados para a idade, em um âmbito geral e também mais especificado da linguagem.

Uma das formas de desenvolvimento humano é a aquisição da linguagem escrita. E como o cérebro aprende a ler? A circuitaria de cognição para o desenvolvimento da capacidade leitora é complexa e não é de natureza inata, ela precisa ser aprendida. Para isso, o cérebro usa estruturas corticais do Hemisfério Esquerdo (HE), que diferentemente da fala que tem uma estrutura nata com o ser humano, é adaptada. No Modelo de Dupla Via, o estímulo é recebido pelo córtex occipital, pelas vias ópticas, após o estímulo é lançado para duas vias simultâneas: na região frontal (Área de Broca) e parieto-temporal (Área de Wernicke), vamos ter a decodificação do grafema-fonema, onde se converte a letra em som em um processo grafo-fonológico. O cérebro usa de organizações já presentes para decodificar aquilo que entra pelas vias ópticas. Quando o estímulo chega a Área de Broca, é como se o cérebro estivesse lendo em voz alta, uma vez que o estímulo recebido pela leitura faz com que a ativação da área seja muito parecida quando articulamos palavras. O mesmo acontece com o estímulo quando chega à área de Wernicke, é como se o cérebro estivesse resgatando na memória o som correspondente a letra (Lent, 2005; Cosenza; Guerra, 2011).

Nesse sentido, a contribuição do conhecimento através da leitura, proporciona ao ser humano um acesso aos conhecimentos da humanidade e leva a um desenvolvimento em várias áreas. Bee (2003), cita várias pesquisas realizadas nos Estados Unidos e no México, com pais e professores da educação infantil, com o uso de uma técnica de leitura chamada de “leitura dialógica” (p. 277), essa técnica busca ampliar as perguntas durante a leitura da história, forçando a criança a responder mais do que SIM/NÃO. Desses estudos, concluíram que “(...) uma linguagem interativa mais rica entre o adulto e a criança é um ingrediente importante para melhorar o desenvolvimento da linguagem” (p. 277)

Quando se discute a ênfase do processo de aprendizagem da leitura e escrita, que necessita de um bom desenvolvimento de linguagem oral (Bee, 2003), visualiza-se a necessidade de intervenção contínua de estimulação, não devendo ser o adulto um empecilho como detentor de conhecimento, mas como um colaborador para a aprendizagem, “Em vez de nos perguntarmos se “devemos ou não devemos ensinar”, temos de nos preocupar em DAR ÀS CRIANÇAS OCASIÕES DE APRENDER” (Ferreiro, 2011, p. 99).

Assim, tanto o processo cognitivo quanto social, proporcionam à criança um avanço no processo de aprendizagem e desenvolvimento ao longo de sua história,

que será de grande valia para considerar sua experiência com o objeto de estudo, uma vez que o desenvolvimento cognitivo não vem dissociado da experiência social e afetiva da criança.

Levar a sério as consequências do desenvolvimento psicogenético significa colocar as crianças, com seus esquemas de assimilação, no centro do processo de aprendizado - percebendo-se que as crianças aprendem dentro de marcos sociais, não no isolamento. Significa aceitar que todos na sala-de-aula têm a capacidade de ler e escrever - cada um em seu próprio nível, inclusive o professor (Ferreiro, 1995, p. 33-34)

Considerar o processo de aprendizagem da língua escrita, em suas fases, conforme aponta Ferreiro (1995; 2011), leva a um entendimento de como a criança hipotetiza a escrita ao longo do seu desenvolvimento, mas não garante a aprendizagem, uma vez que a compreensão da autora passa pela capacidade do adulto em mediar socialmente essa aprendizagem.

Mas a aprendizagem não pode ser tomada, apenas, como um movimento mecanizado, em que a criança decora padrões, mas amplia significados e articula as ideias com o mundo, ainda que sejam necessários para o desenvolvimento da aprendizagem a assimilação de conteúdos de forma fixa. Analisando a obra de Marilyn Adams, Bee (2003) cita:

“(...) o mau leitor precisa ter o máximo sucesso possível na leitura oral, de preferência com textos cheios daquelas rimas e repetições que ajudarão a desenvolver uma consciência fonêmica e sua aprendizagem das regularidades de linguagem. Os programas com essa ênfase foram muito bem-sucedidos com maus leitores, enquanto os programas fônicos mais baseados em exercícios não tiveram tal êxito” (Bee, 2003, p. 285).

Ou seja, quanto temos um processo de aproximação entre o adulto e a criança, reforçando positivamente a leitura, como um momento agradável e não somente mecânico, baseado somente na consciência fonêmica<sup>5</sup>, mas temos um ganho de conhecimento considerável. Por isso, ao tratar de “maus leitores”, se referindo as crianças que aprenderam a ler, mas leem de forma não fluente, dar um significado a leitura, faz com que a aprendizagem tenha maior ganho, principalmente na relação com o estágio Operatório Concreto, de Piaget (Piaget, 1999; Ferreiro, 1995; Bee, 2003).

---

<sup>5</sup> Conforme Adams (2006), a consciência fonêmica se trata da capacidade que a criança apresenta em compreender a relação entre os fonemas (sons) e os grafemas (letras), relação grafema-fonema. Sendo fundamental para o desenvolvimento da leitura.

Nesse sentido Smith (1999), reforça a importância de dar significado para o que a criança lê, respeitando o nível de desenvolvimento, mas tratando a leitura como uma prática prazerosa e não desconexa, principalmente na figura do professor.

Mas ao pensar a leitura como uma habilidade adquirida do ser humano, se deve pensar também os diferentes formatos com que a leitura chega até nós e como os hábitos de leitura são impactados pelos processos de revolução tecnológica do começo do século XXI. Nesse sentido, Magen *et al.* (2013), destacam uma pesquisa realizada com 72 estudantes de ensino médio na Noruega para compreender como a leitura no meio digital impacta, positiva ou negativamente, a compreensão dos textos apresentados. Os autores evidenciam que a leitura em papel proporcionou um nível de compreensão mais alto entre os pesquisados, que podem ter sido influenciados por: a) Menos distrações durante a leitura (ausência de notificações); b) Leitura mais confortável; c) Redução do cansaço ocular. Compreender como o cérebro lê e como as novas tecnologias dispõem as informações para ele, é de fundamental importância, uma vez que isso tem impacto direto no processo de aprendizagem das crianças e adolescentes. Os autores, reforçam isso, indicando que a compreensão dos impactos das telas para o desenvolvimento dos estudantes deve ser considerada pelo educador em seu planejamento e ações pedagógicas.

Stole *et al.* (2020), realiza uma metanálise de resultados obtidos com estudantes de 10 anos em 2015, e reforça a pesquisa realizada por Magen *et al.* (2013), acrescentando que em alguns estudos encontrados, o perfil de compreensão de leitura era melhor em livros físicos mesmo em “nativos digitais”<sup>6</sup>. Conclui alertando para o empirismo que ainda existe nas pesquisas de compreensão de leitura digital X papel, mas que, com esses resultados preliminares, as escolas e o poder público devem estar alerta aos processos de aprendizagem relacionados ao uso de telas.

A seguir, se construirá um percurso para pensar como a educação pública no país. Não se pode pensar o desenvolvimento adequado da educação sem o favorecimento de práticas leitoras na escola, para isso, na sequência fica expresso o processo de construção da literatura para as crianças.

---

<sup>6</sup> Nativos digitais, nascidos com acesso a tecnologia (como videogame, computador e celulares), após 1980 (Prensky, 2001).

### 3.2.2 EDUCAÇÃO PÚBLICA E LITERATURA

A educação no país se formou, como quase tudo no Brasil, através de uma visão elitista, seja no período imperial com a permissão do estudo para pessoas libertas ou com a entrada da república em 1889, proporcionando educação somente para crianças ricas, marginalizando pobres (Del Priore, 2000).

A BNCC é um documento que rege a educação brasileira, junto com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (1996). Ela prioriza que o ensino esteja pautado na centralidade do interesse e autonomia do estudante. Para isso, os processos de organização da BNCC pautam as habilidades/competências e os campos de experiências. “Daí a importância da articulação entre a BNCC e os currículos e de um intenso regime de colaboração entre todos os atores educacionais” (Brasil, 2018, p. 11).

Existem na BNCC (2018) grandes áreas de conhecimento e para cada uma delas competências que devem ser estimuladas por meio das habilidades trabalhadas em cada um dos componentes curriculares. Como aliado para o desenvolvimento dessas habilidades, pode-se citar a literatura infantil que, junto aos conhecimentos da saúde (letramento em saúde) e às práticas pedagógicas, favorece o desenvolvimento do estudante.

Nesse sentido, destacam-se as seguintes áreas, competências e habilidades, na área de Linguagem que corroboram com a proposta do livro infantil e seu trabalho em sala de aula: “(EF35LP03) Identificar a ideia central do texto, demonstrando compreensão global” (Brasil, 2018, p. 113).

As grandes áreas do conhecimento trabalhadas na BNCC, pode-se criar uma conexão com o letramento em saúde e práticas que já existem dentro das escolas do país. Considerando que, como instrumento, o livro paradidático serve como uma ferramenta para o ensino, vê-se uma possibilidade de que também o letramento em saúde possa recorrer a essa tecnologia (Neto; Costa; Balça, 2023; Schall; Modena, 2005, p. 250).

A BNCC (2018), reforça a necessidade que a escola deve se adequar a diferentes linguagens dos estudantes, adaptando-se a novas realidades regionais e globais, como a inserção da tecnologia no cotidiano. Fica evidenciada a demanda

que a escola necessita fomentar metodologias que possam aproximar o estudante do contexto escolar, com maior significância e autonomia.

Soares (2021), aponta que as Metodologias Ativas (MA) não estão excluídas desse processo, da implementação da BNCC nas escolas, mas contribuem com o processo de aprendizagem do estudante, entretanto, é importante que a escola faça a reflexão de como está se preparando para esse novo tipo de estudante, nativo digital, que demanda de um ensino significativo para sua vida.

Levar ferramentas digitais para sala de aula, explorar novos meios de comunicação e ambientes, inserir os alunos no centro do processo de aprendizagem, fomentar discussões, o desenvolvimento de habilidades, estão entre as premissas da BNCC (Soares, 2021, p. 36).

Assim, é de suma importância instrumentalizar o professor para o processo de digitalização do ensino, uma vez que sua prática metodológica, pode ou não, garantir o sucesso do processo escolar.

Conforme destaca a Política Nacional do Livro, Lei nº 10.753/2003, a divulgação do livro nas escolas deve ser no sentido de favorecer as capacidades cognitivas e culturais das crianças, criando nos espaços de ensino formal, oportunidade para os estudantes desenvolverem capacidade leitora e crítica sobre o mundo.

As práticas de leitura ao longo do ensino formal oferecido nas escolas visam aprofundar conhecimentos, bem como favorecer o espírito crítico de jovens leitores, que, através destas práticas, podem ampliar repertório linguístico e cognitivo. Mas não apenas pelo viés da busca por um desenvolvimento cognitivo que se utiliza a literatura, mas também pela obra enquanto arte em si (Meirelles, 1979; Coelho, 1991).

Nesse sentido, seleciona-se a pesquisa realizada por Neto, Costa e Balça (2023), que analisou um projeto de leitura para crianças de seis a dez anos. O Projeto “Planeta Leitura” visa promover habilidades leitoras e produzir um acervo pessoal para cada um dos 367 estudantes integrantes do projeto na cidade de São João da Boa Vista, no interior de São Paulo.

Isso é reforçado pela legislação que inclui no seu Artigo 13, capítulo IV (Brasil, 2003), a necessidade de termos momentos de leitura diários dentro das escolas<sup>7</sup>

para a valorização da leitura e promoção de novos leitores.

Compreendendo as demandas levantadas por Neto, Costa e Balça (2023), da importância de desenvolver habilidades leitoras dos estudantes, a legislação vigente e a importância que o professor tem nesse desenvolvimento, com práticas que incentivem a alfabetização literária, vê-se como fundamental que também as áreas da saúde se aproximem dessas ferramentas para o desenvolvimento de práticas de letramento em saúde no ambiente escolar.

Tanto na educação quanto na educação em saúde, os educadores devem compreender as tecnologias como facilitadoras dos processos de construção do conhecimento, numa perspectiva criativa, transformadora e crítica (Schall; Modena, p. 250).

A literatura infantil deve ser considerada como uma ferramenta valiosa para o desenvolvimento cognitivo das nossas crianças. Quando se considera os escritos de Piaget (1999; 2013) sobre os processos de desenvolvimento cognitivo sequenciais e universais, e se observar a linguagem que durante o estágio pré-operacional (dos 2 aos 7 anos), podemos perceber que a capacidade de simbolizar e criar narrativas pelas crianças associada a inserção de livros físicos em uma rotina de exploração, favorece a afetividade e o convívio entre o indivíduo em desenvolvimento e o adulto.

A literatura atende a demandas variadas conforme o tempo em que é produzida, espaço e objetivo. Coelho (1991), observou tendências para a produção e criação dessas literaturas,

(...) hoje não há um ideal absoluto de Literatura Infantil (nem de nenhuma outra espécie literária). Será "ideal" aquela que corresponder a uma necessidade profunda do tipo de leitor a que ela se destina, em consonância com a época que ele está vivendo. (Coelho, 1991, p. 264)

Coelho (1991), destaca que o realismo, que se pauta em vivências das crianças, obedecendo às necessidades cotidianas e revelando seus desafios como base para a escrita. Avançando sob a experiência da criança, a linha do realismo vai buscar testemunhar, informar, apelar para a curiosidade ou preparar os novos leitores, usando a literatura como uma ferramenta valiosa do despertar da

---

<sup>7</sup> **Artigo 13 (...)**

II - estimular a criação e execução de projetos voltados para o estímulo e a consolidação do hábito de leitura, mediante:

a) revisão e ampliação do processo de alfabetização e leitura de textos de literatura nas escolas;

b) introdução da hora de leitura diária nas escolas; (Brasil, 2003)

consciência social e cognitiva. Outra tendência é a literatura de fantasia, classificada pela autora como a busca de uma construção imagética e lúdica pela criança. Tendo ainda a terceira tendência no modelo de literatura híbrida que coloca esses escritores mesclando o realismo com um imaginário fantástico. O grande expoente desse terceiro gênero foi Monteiro Lobato (1882-1948), considerado o pai da literatura infantil no Brasil.

Com suas obras, Lobato no início do século XX:

(...) atendeu a um duplo objetivo: por um lado levar às crianças, o conhecimento da Tradição (com seus heróis reais ou fictícios, seus mitos, conquistas da Ciência, etc...) (...) e por outro lado questionar as *verdades* feitas, os valores e não-valores que o Tempo cristalizou e que cabe ao Presente redescobrir ou renovar (Coelho, 1991, p. 230).

As obras de Lobato ganharam uma ampla adesão do Governo e da população, pois estavam atreladas às demandas das crianças, suas vivências diárias e seus ideários através da turma do Sítio do Pica-pau Amarelo (Coelho (1991). Na literatura infantil há uma busca por inserir ensinamentos morais<sup>8</sup> que possam construir o ser humano do amanhã. Muito embora essa fala possa parecer um tanto quanto doutrinária, é importante do ponto de vista da necessidade de se manter uma literatura infantil de qualidade, para a contribuição do desenvolvimento de um ser humano mais crítico e consciente de sua posição, social, cultural, econômica. Mas também é importante que a literatura infantil vá além de um serviço moral, a qual o adulto se coloca a frente ou acima das crianças, escrevendo uma literatura pela qual colocamos a “adultice” em maiores relevâncias as vivências da criança, é preciso que o sujeito criança seja relevado, para que se possa dimensionar o quanto do desejo adulto pela formação humana das crianças é importante em relação aos seus próprios desejos e interesses (Meirelles, 1979).

O processo de aprendizagem dos estudantes deve considerar, não somente o que é ofertado a ele, enquanto o adulto detentor do poder do conteúdo que será passado, mas incluir na discussão que a criança e o jovem são seres dotados de capacidade reflexiva sobre o processo de aprendizagem e análise de seu contexto e realidade (Ferreiro 1995; 2011).

---

<sup>8</sup> No caso da escritora e crítica literária Cecília Meirelles (1901-1964), se vê isso em sua obra intitulada “Problemas da Literatura Infantil” de 1951, nela a autora coloca que o valor da literatura infantil deve ser mantida enquanto obra literária, “Se a criança, desde cedo fosse posta em contato com obras-primas, é possível que a sua formação se procedesse mais perfeito. Valorizando assim viés mais moralista em relação ao desenvolvimento da criança (Meirelles, 1979 (2ªed)).

Assim, empregar novas ferramentas para o letramento em saúde, como o uso do livro infantil, requer um compromisso de compreender a vivência do sujeito e colocá-lo no centro da discussão, afinal, são sobre seus processos de saúde que se está trabalhando, bem como os de suas comunidades.

### 3.2.3 Metodologias ativas de aprendizagem

Na teoria usada até agora, vimos que a aprendizagem das crianças segue um perfil de ampliação de repertório. Para Piaget, o processo de aprendizagem é um processo ativo, que depende da criança para acontecer, não está associado a um derramamento de conhecimento. A aprendizagem da criança acontece pelos processos de assimilação, acomodação e equilíbrio, mas depende do sujeito para que, por meio da interação com os objetos de conhecimento, esse processo aconteça. Ao pensar em processos de aprendizagem às Metodologias Ativas (MA), são um recurso importante pois promovem autonomia e experimentações por parte dos estudantes, em todos os níveis de aprendizagem (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, 2018; Diesel; Baldez; Martins, 2017; Ribeiro, 2011)

As MA possuem recursos que buscam um maior engajamento no processo de aprendizagem por parte dos estudantes, diversificando as formas de aprendizagem. O grande diferencial das MA é trabalhar a motivação dos estudantes para chegarem ao objetivo final, que é a aprendizagem significativa dos conceitos a serem aprendidos. Nesse sentido, a autonomia do estudante e a realização de tarefas que posicionem seu protagonismo dentro da aprendizagem, podem favorecer a constituição de conceitos de forma mais significativa, fazendo com que o processo de acomodação e equilíbrio do conhecimento sejam executados de forma mais efetiva (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, 2018; Diesel; Baldez; Martins, 2017; Ribeiro, 2011, Piaget, 1999).

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), em 2018, lançou um modelo pedagógico, baseado em práticas de MA, que visa preparar os estudantes na resolução de problemas e favorecer uma aprendizagem baseada na experiência, tornando o estudante o centro de sua aprendizagem. Dessa forma, ao considerar o modelo proposto e a teoria piagetiana, se observa uma relação direta sobre as duas, no que diz respeito à construção ativa e significativa do conhecimento por parte dos estudantes.

As MA, propõem-se a deslocar do papel centralizador de conhecimento e favorecer uma aprendizagem dos estudantes, pautado na experiência e autonomia, sendo o professor um mediador desse processo. Mas o processo tem muito a ver com a adaptabilidade que a escola deve ter para atrair as crianças para esse ambiente, uma vez que as crianças e jovens, conseguem encontrar tudo que desejam aprender na internet, em tutorias e programas de aprendizagem. O desafio da escola é fazer o estudante aprender aquilo que está posto em currículos de forma motivadora e que faça sentido para sua vida (Soares, 2021)

A Aprendizagem Baseada em Jogos (ABJ), é uma das MA e que favorece a criatividade do estudante, além do engajamento dentro das atividades, favorecendo em um ambiente escolar a possibilidade de trabalhar conteúdos de forma lúdica, além do desenvolvimento de habilidade socioemocionais, cooperação e controle de ações (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, 2018, Soares, 2021).

Moran (2019), aponta que o mundo digital vem transformando as perspectivas da interação entre os jovens, fazendo com que suas vidas estejam expostas ao mundo digital, mas que principalmente eles tenham maior facilidade e interesse em trabalhar dentro desse campo.

Os jogos tradicionais e os digitais diferenciam-se, principalmente, pela interatividade e imersão, o que pode resultar em uma possibilidade de cocriação do jogador, pois o jogo pode se reconstruir a cada ação ou atitude desempenhada (Moran, 2019, p. 67).

Ou seja, quando se busca a estratégia de jogos, e das MA em si, se proporciona ao estudante ferramentas que visem motivar seu aprendizado, mas conectar o conhecimento ao desenvolvimento de outras habilidades, incluindo uma preparação para a vida adulta em jogos de simulação e a estimulação das funções executivas<sup>9</sup> (Moran, 2019; Soares, 2021).

### 3.3 Programa Saúde Na Escola: Ponto De Convergência Saúde E Educação

Pensando em desenvolver ações que integrassem a possibilidade de trabalhar temas de saúde e o cuidado com as crianças em ambiente escolar, em 2007, foi criado o Programa Saúde na Escola (PSE). Assim como as políticas que envolvem o SUS, e o próprio sistema em si, a proposta do PSE está na promoção de

---

<sup>9</sup> As funções executivas são definidas como “o conjunto de habilidades e capacidades que nos permite executar as ações necessárias para atingir um objetivo” (Consenza; Guerra, 2011, p. 87)

forma integrada entre diferentes setores, afim de contribuir com o desenvolvimento das crianças e adolescentes, mas muito mais que isso, desenvolvendo cidadãos mais críticos e participativos dos processos de saúde e autocuidado.

Voltado para uma proposta que inclua o estudante no processo de cidadania ligado à saúde, o PSE propõe a superação de uma fragmentação dos conhecimentos de saúde e de educação, propondo abordagens psicossociais e pedagógicas que favoreçam o princípio da integralidade, pilar do SUS e do PSE.

Nas escolas, o trabalho de promoção da saúde com os educandos, e também com professores e funcionários, precisa ter como ponto de partida “o que eles sabem” e “o que eles podem fazer (Brasil, 2011, p. 6).

Por isso, é importante que o PSE esteja alinhado com as demandas reais, em busca de uma atuação efetiva dentro das comunidades escolares que está inserido. A busca por resolução de problemas que impactam o desempenho escolar e a qualidade de vida, dentro do PSE, faz com que o peso dessa responsabilidade seja compartilhado, considerando que a escola é esse ponto de convergência, estratégico para as políticas de promoção de saúde (Brasil, 2009).

Diante disso, uma coisa que deve ser reforçada é a parceria e compromisso dos gestores escolares e da saúde para que o programa possa ser executado dentro de um contexto que atenda as demandas da comunidade envolvida, mais do que isso, que aconteça. Mas como o PSE pode contribuir com temas atuais, como o cyberbullying? O programa, em si, não trata desse tema diretamente mas, dentro de seus eixos norteadores que visando promover o fortalecimento da cidadania, o da cultura da paz, interliga todas essas demandas que podem considerar atuais e necessárias para um bom desenvolvimento dos estudantes, uma vez que: “O respeito à diversidade é uma forma de garantir que a cidadania seja exercida e os vínculos sociais fortalecidos (Brasil, 2022b, p. 23)”, assim, é através de políticas públicas que respeitem e favoreçam a discussão da diversidade da composição social, de gênero, econômica, racial e política, que se consegue evoluir enquanto sociedade.

Os tópicos de cidadania no PSE, principalmente os que visam a proteção da criança, são três: 1- Capacidade individual; 2- Família e 3- Comunidade. Na Capacidade individual, se considera como um fator importante e crucial o desenvolvimento de indivíduos que recebam a oportunidade de desenvolver-se integralmente, autônomos e críticos. Ele não se faz sozinho, por isso, é importante

considerar a interação com outros indivíduos para que se desenvolva, o que pode gerar ganho para o indivíduo, mas também choque, quando não respeitado o desenvolvimento dos mesmos. A família comporta-se como um núcleo importante na proteção das crianças, pois além de serem detentores da guarda, e por si, só a palavra é auto explicativa, sendo importante sua importância no suporte. Quanto à comunidade, sua participação na proteção da criança, está ligada ao contexto social, sendo partícipe, professores, rede de apoio religiosa e de saúde, etc... Assim, a promoção da cultura da paz passa por diferentes agentes (Brasil, 2022b).

O PSE, teve sua contribuição social importante em um tempo em que intersetorialidade era um desafio maior para as comunidades, hoje ele tem um sentido de existir diminuído, uma vez que não consegue avançar para uma política pública mais bem estruturada e contemporânea aos desafios do nosso tempo. A sua principal falha está em não compreender o espaço de atuação, a escola. Pois, a escola não é um espaço que caiba ações pontuais e sem contextualização. Como visto em Piaget (1999), o desenvolvimento de habilidades da criança passa por uma “escada” em que o conhecimento anterior, serve de base para um novo, sempre dentro de um contexto de interação. Mas a pergunta que fica é: Como as ações de Saúde, se integram e conseguem desenvolver uma escalada de conhecimento que não só a captação de dados (como quando aferidos peso e altura)? O processo educativo perpassa um ensino contínuo, por isso, o PSE perde cada vez mais função, uma vez que ampliação de tópicos faz com que sua execução fique restrita a ações pontuais.

## **4 MÉTODOS**

### **4.1 Tipo de produto**

O produto elaborado se trata de um guia para professores e profissionais de saúde para ser utilizado junto com o livro infantil *LANA: Uma história sobre cyberbullying* (Kubiaki, 2024).

#### 4.2 Cenário de construção do produto

O guia foi elaborado com embasamento em princípios teóricos, literários e práticos, fundamentando-se na experiência do autor como escritor e servidor da Secretaria de Educação de Criciúma/SC. Esse produto se destina a acompanhar o livro *LANA: Uma história sobre cyberbullying* como um livro do professor e pode ter adesão por Secretarias de Educação ou Saúde, para trabalho em sala de aula.

#### 4.3 Público alvo

O público-alvo do guia são professores pedagogos do Ensino Fundamental I e profissionais de saúde da APS, vinculados ao PSE, que realizam atividades de educação em saúde no ambiente escolar.

#### 4.4 Procedimentos para construção do produto

##### 4.4.1 Etapa 1: criação do guia para professores e profissionais da saúde

Para a construção deste guia, foram realizadas as seguintes etapas:

a) Realizada uma pesquisa documental sobre o tema de cyberbullying e sua aplicação no contexto escolar, explorando suas dinâmicas, impactos emocionais nas vítimas e a relevância do tema para o desenvolvimento infantil. Além disso, foi realizada uma análise de literatura sobre metodologias ativas de ensino e suas possibilidades de aplicação para o Ensino Fundamental I, especialmente no uso do livro "*Lana: Uma História Sobre Cyberbullying*" como recurso pedagógico.

b) Busca bibliográfica por materiais pedagógicos e jogos educativos que possam abordar o tema do cyberbullying de forma lúdica e interativa. A pesquisa

também incluiu uma análise de literatura infantil que discute temas de violência virtual e bullying, além de explorar a linguagem adequada para crianças do Ensino Fundamental I. Os principais tópicos e jogos foram selecionados para criar um guia prático e didático para os professores e profissionais de saúde que atuam em ambiente escolar, com propostas de atividades que integrem o livro *Lana* para a prevenção do cyberbullying.

c) O guia inclui:

I - Propostas de atividades educativas, com o objetivo de promover a prevenção do cyberbullying, utilizando o livro *Lana* e a Metodologia Ativa;

Com a seguinte organização:

II- Leitura comentada do livro “LANA: Uma história sobre cyberbullying”, apontando as reflexões possíveis de serem levantadas pelo professor em sala de aula através da leitura, com comentários de cada página do livro;

III- Planejamento pedagógico para cinco aulas, incluindo o plano para o dia da leitura comentada. Foi elaborado um plano estruturado, com passo a passo para a execução das atividades propostas para a promoção de discussão do tema.

d) O guia foi elaborado com uma linguagem simples e acessível para facilitar a compreensão dos professores e profissionais da saúde, incluindo infográficos, imagens e exemplos práticos das atividades propostas. A diagramação será realizada com o apoio de uma equipe de design, coordenada pelo mestrando proponente do projeto.

e) Com a redação finalizada, o guia foi submetido a uma revisão ortográfica e de coesão. Será desenvolvido um “mockup” para visualização do produto final, com apoio da equipe de designers e revisores a ser contratada.

f) O guia terá entre 30 e 40 páginas, incluindo capa e contracapa. A apresentação inclui a contextualização da criação do material, sua destinação e as orientações de uso para os professores do Ensino Fundamental I e profissionais da saúde. A ficha catalográfica será incluída na contracapa.

Este material não foi submetido a uma banca de validação quanto à aplicabilidade prática das atividades propostas ou à eficácia na prevenção da violência a que se propõe abordar. Tal delimitação se deve ao tempo reduzido destinado à sua elaboração, cujo foco principal foi a construção de uma proposta inicial. Assim, o guia apresenta-se como um material preliminar, com potencial para

futuras validações e aprimoramentos, a partir da implementação e análise de sua aplicação no contexto escolar.

#### 4.4.2 Etapa 2: publicação do guia

Após a diagramação final, o guia será publicado e distribuído de forma digital em PDF, para que os professores do Ensino Fundamental I e profissionais da saúde possam acessá-lo de maneira rápida e prática. Os custos de produção serão assegurados pelo autor do guia. A venda do Guia pronto ocorrerá dentro de plataforma digital a ser definida.

#### 4.5 ASPECTOS ÉTICOS

De acordo com a Resolução 510 de 07 de abril de 2016, o presente projeto dispensa a submissão/aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, pois enquadra-se como uma III - pesquisa que utiliza informações de domínio público; VII - pesquisa com o intuito de aprofundamento teórico de situações emergentes e contingentes na prática profissional, sem expor dados identificáveis de sujeitos; e VIII - atividade realizada exclusivamente para fins de educação, ensino ou treinamento sem finalidade de pesquisa científica, incluindo profissionais em especialização. Como o projeto propõe a criação de um folder informativo e não envolve a coleta direta de dados de sujeitos, ele se configura como um estudo de revisão de literatura para a produção de material educativo, dispensando assim avaliação pelo CEP/CONEP.

## 5 PRODUTO

### 5.1 Características do produto à Saúde Coletiva

#### 5.1.1 Aderência do produto à linha de pesquisa

O ambiente escolar, onde os professores desempenham um papel essencial, é um espaço fundamental para a promoção de saúde e prevenção de comportamentos prejudiciais. Neste contexto, o guia destinado aos professores e profissionais da saúde para uso com o livro *LANA: Uma história sobre cyberbullying* (Kubiaki, 2024), se alinha à linha de pesquisa “Educação e Gestão do Trabalho na Saúde. O material oferece aos profissionais ferramentas e estratégias para abordar o cyberbullying de forma educativa, ajudando a consolidar a promoção da saúde digital entre os alunos. Esse guia reforça a importância da colaboração entre escola, família e saúde, conscientizando sobre os impactos emocionais do cyberbullying e promovendo uma cultura de respeito e segurança no ambiente digital.

#### 5.1.2 Capacidade de aplicabilidade do produto

A construção de um guia informativo voltado a professores proporciona o contato com o letramento digital e de saúde, facilitando o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre segurança digital nas crianças. O produto é de fácil aplicabilidade, demandando apenas os recursos intelectuais e virtuais (divulgação *on-line*, que a universidade já possui, como a experiência do autor e os recursos de editoração assegurados pelo mestrando.

#### 5.1.3 Característica de inovação do produto

O diferencial do guia está na possibilidade de fornecer aos professores uma ferramenta prática e educativa para trabalhar o tema do cyberbullying nas escolas, promovendo uma ação integrada entre saúde pública e educação. Essa proposta se destaca como inovadora em saúde coletiva ao oferecer aos docentes um recurso que fomenta o desenvolvimento de habilidades socioemocionais dos estudantes e fortalece o vínculo entre a equipe escolar e a comunidade. Nesse sentido, a possibilidade de trabalhar com livro infantil, favorecendo o hábito de leitura na escola, enriquece a experiência dentro das Metodologias Ativas propostas.

#### 5.1.4 Potencial de impacto do produto

O guia sobre cyberbullying para professores e profissionais da saúde, aliado ao livro LANA: Uma história sobre cyberbullying (2024), tem potencial para impactar positivamente os professores da rede municipal e, indiretamente, 22 mil estudantes<sup>10</sup> da rede pública de Criciúma/SC, promovendo a segurança digital e a saúde emocional no ambiente escolar, além do número de profissionais de saúde que atuam em diferentes esferas do poder, relacionados ao PSE. Além do alcance local, a relevância e atualidade do tema ampliam a possibilidade de implementação regional (SC)<sup>11</sup> e nacional (BR)<sup>12</sup>, fortalecendo a conscientização sobre o cyberbullying, além das redes privadas. Assim, o guia carrega um forte potencial de impacto social, promovendo a segurança digital e a saúde emocional nas escolas, além de uma grande capacidade de replicabilidade, já que as atividades propostas são de fácil aplicação tanto de professores quanto de profissionais que trabalham a temática saúde na escola. A proposta se alinha às diretrizes do PSE e BNCC, no que concerne aos temas de cultura da paz, fortalece a intersetorialidade entre saúde e educação, com foco na prevenção de violências e no acolhimento emocional. A divulgação pode ser feita por secretarias de educação e saúde, unidades de saúde e formações continuadas tanto de profissionais da saúde que acompanham a execução do PSE quanto de professores das redes de ensino, ampliando a discussão e contribuindo para uma cultura de respeito e empatia online e offline.

---

<sup>10</sup> Conforme o Censo Escolar 2023 (Brasil, 2024), Criciúma possui 22 mil matrículas, sendo 14.752 do Ensino Fundamental 1 (Anos iniciais).

<sup>11</sup> Conforme o Censo Escolar 2023 (Brasil, 2024), Santa Catarina possui 532.356 matrículas no Ensino Fundamental 1 (Anos Iniciais)

<sup>12</sup> Conforme dados do Censo Escolar 2023 (Brasil,2024), o Brasil possui um total de 26,1 milhão de matrículas no Ensino Fundamental, sendo que 14,4 milhões são alunos nos anos iniciais (1º ao 5º), nas diferentes redes (federais, estaduais, municipais ou particulares).

## 6 RESULTADOS

Agora, vamos discutir o produto. Para isso, precisamos acompanhar o pilar da discussão: Saúde Mental, que é permeada por temáticas como: SUS; Letramento em Saúde; Atenção Primária em Saúde; Cyberbullying; Teoria de Piaget e os temas escolares; Metodologia Ativa e o Programa Saúde na Escola. Esses pilares estão interligados entre si, pois ao se propor que o produto seja um Guia para o professor e para o profissional de saúde que trabalha em ambiente escolar, fruto de um mestrado profissional, que pretende entregar socialmente um produto de impacto social, se partirá para algo mais prático do que teórico. Assim, quando mostrar os tópicos da construção, demonstraremos como a teoria é expressa pelas ações práticas propostas.

Conforme as etapas apresentadas nos procedimentos de criação do Guia, veremos dentro dele os cinco eixos e a organização, para os tópicos, fazemos agora as discussões:

### I - Apresentação do conteúdo do Guia

No produto vamos usar a apresentação desse produto aos professores e profissionais da saúde que trabalham em ambiente escolar da seguinte forma:

#### APRESENTAÇÃO

O avanço dos processos civilizatórios e da revolução digital trouxe novos desafios para a saúde pública, especialmente no campo da saúde mental de crianças e adolescentes. O cyberbullying, caracterizado como um "fenômeno sem rosto" por dificultar a identificação do agressor e ampliar o alcance das ações, afeta diretamente essa faixa etária da infância e adolescência em formação biopsicossocial. O impacto desse problema é amplificado por questões sociais, como discriminação racial, de gênero e aparência física. Por isso, nosso Guia se preocupa em trabalhar a faixa etária da infância, dos 6 aos 10 anos, por entendermos que prevenir o surgimento ou a perpetuação da violência pode contribuir com o desenvolvimento de futuras gerações mais saudáveis.

Partindo de uma reflexão sobre uma obra literária infantil intitulada: LANA: Uma história sobre o cyberbullying (KUBIAKI, 2024), construímos aqui uma série de atividades que você poderá usar em sua atuação profissional. Essa obra tem o seguinte ISBN (Padrão Internacional de Numeração de Livro): 978-65-85766-43-2, podendo ser adquirido na Livraria da Unesc ou acessado na Biblioteca da UNESC.

Em resposta, a Lei nº 14811/2024 criou um sistema nacional de combate

ao cyberbullying, tipificando-o como crime no Código Penal e enfatizando ações educativas e preventivas que envolvam escolas, famílias e comunidades.

A escola é um espaço central para a conscientização e prevenção do cyberbullying. Professores e gestores precisam estar preparados para lidar com o desafio de identificar e abordar esses casos, muitas vezes sem apoio adequado das redes de proteção, como aponta a pesquisa de Flôres et al. (2022). Além disso, a abordagem educacional deve priorizar a promoção de empatia e respeito entre os estudantes, utilizando metodologias interativas e reflexivas. A discussão e enfrentamento ao cyberbullying vai além da aplicação de leis, exigindo uma abordagem intersetorial que articule educação, saúde mental e políticas públicas para garantir a proteção e o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes.

Este material contém atividades que podem ser desenvolvidas de duas formas: 1) Com alunos do **1º ao 5º ano**, dentro de um grande projeto que envolve toda a unidade escolar. Assim, é possível aplicar as atividades com toda a escola; ou 2) Focar em uma única turma de **5º ano**, já que as propostas são adaptadas aos diferentes níveis de aprendizagem, atendendo às necessidades específicas de cada ano escolar e com o objetivo de prevenir o cyberbullying.

Querido aplicador e professor, perceba que mesmo sendo um projeto que se repete ao longo dos anos, nos possibilita sempre buscar novos olhares sobre a atividade, pois as sociedade cada vez mais tende a avançar na discussão sobre segurança digital e prevenção ao adoecimento mental.

Nosso objetivo não é erradicar o cyberbullying em todo o mundo com o material apresentado, mas sim contribuir para uma mudança na realidade social mais próxima de nós. A proposta é que você, professor e mediador, conduza uma reflexão e discussão com as crianças, buscando criar um ambiente mais saudável no seu contexto escolar e social.

Essa apresentação busca, como dito anteriormente, sensibilizar os profissionais, para que entendam qual o contexto, por isso, reforça pesquisas como o de Flôres et al. (2022), em que capacitar-se, enquanto professor ou profissional de saúde, muda a lógica de pensar a temática a partir de um olhar científico e não empirista da prática pedagógica.

Ainda, cabe reforçar, que como a apresentação apresenta: “Nossa pretensão não é acabar com o cyberbullying”, uma vez que as ações de prevenção a esse tipo de violência vão além do contexto escolar, mas que é nesse espaço que podemos introduzir o texto e a reflexão sobre o processo da violência e sua perpetuação.

## II- Atividades

No Guia consta um planejamento para as cinco intervenções, incluindo o plano para o dia da leitura comentada. Será elaborado um plano estruturado, com passo a passo para a execução das atividades propostas para a promoção de discussão do tema. Além de informações sobre a rede de proteção e incentivo à revelação espontânea, incluindo os serviços e os sistemas de garantia de direitos disponíveis para apoiar as vítimas de cyberbullying. O plano de atividade será organizado da seguinte forma:

### **Organização plano de aula/atividade**

**ATIVIDADE:** [NÚMERO DA ATIVIDADE]  
**TEMA:** [TEMA PRINCIPAL DA ATIVIDADE]  
**DURAÇÃO APROXIMADA DA ATIVIDADE:** [TEMPO USADO PARA EXECUTAR A TAREFA]  
**CONTEÚDO:** [O QUE SERÁ TRABALHADO]  
**DISCIPLINA ENVOLVIDA:** [HABILIDADES E COMPETÊNCIAS DA BNCC ENVOLVIDAS]  
**OBJETIVOS**  
**OBJETIVO GERAL** [PRINCIPAL OBJETIVO DA ATIVIDADE, EM CONSONÂNCIA COM A BNCC]  
**OBJETIVOS ESPECÍFICOS**  
**METODOLOGIA** [COMO SERÁ DESENVOLVIDA A ATIVIDADE]  
**RECURSOS** [MATERIAIS PEDAGÓGICOS E DE EXPEDIENTE QUE SERÃO NECESSÁRIOS PARA FAZER A ATIVIDADE]  
**AVALIAÇÃO** [VERIFICAÇÃO SE OS OBJETIVOS FORAM ALCANÇADOS]  
**BIBLIOGRAFIA USADA PARA A AULA** [MATERIAL BIBLIOGRÁFICO UTILIZADO QUE EMBASA A ATIVIDADE, QUANDO HOVER]

Fonte: autores, 2025.

O planejamento seguirá o cuidado para que tanto os profissionais que estão afundando na escola, quanto os profissionais que não tem vivência pedagógica, possam elaborar um trabalho com sentido, que considere as habilidades da BNCC (2018), os princípios de promoção e letramento em saúde, mas que deixem os aplicadores seguros dentro da ação.

O material contém atividades que podem ser desenvolvidas de duas formas: 1) Com alunos do **1º ao 5º ano**, dentro de um grande projeto que envolve toda a unidade escolar. Assim, é possível aplicar as atividades com toda a escola. Por isso, em cada atividade está destacado o ano escolar que é mais adaptado, com as referências de habilidades da BNCC (2018). Ou 2) Podemos focar toda a intervenção em um único ano escolar, o **5º ano**, já que as propostas são adaptadas

aos diferentes níveis de aprendizagem, considerando desde atividades simples de aplicação até as que exigem domínio da linguagem escrita, podendo assim, envolver apenas algumas turmas da escola. Assim a idéia é atender às necessidades específicas de cada ano escolar e com o objetivo de prevenir o cyberbullying. Para melhor compreensão, elaboramos um diagrama:

**Organização atividade e ano de aplicação**



Fonte: autores, 2025.

## ATIVIDADE I

### ATIVIDADE I- LEITURA ATIVA E DESENHO (1º ao 5º ano)

**TEMA:** Aprendendo e refletindo sobre cyberbullying através da literatura

**CONTEÚDO:** Na primeira intervenção com a turma, sugerimos que o condutor da atividade se aproxime das crianças e do tema, de forma que possa expô-las as primeiras ideias que serão abordadas nas atividades. Sugerimos um encontro de 1h e 30 min, com cerca de 25 pessoas. O primeiro encontro se reserva para a contação de história e para colorir a imagem no final do livro "LANA: Uma história sobre cyberbullying" (2024). Caso não haja disponibilidade de livros para todas as crianças, sugere-se que as crianças desenhem sobre o tema.

**Disciplina envolvida:** Língua Portuguesa, História e Ensino Religioso.

**Ano:** Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano)

**Faixa etária:** 6 a 10 anos

**Duração:** 1 aula (50 minutos)

**Materiais necessários:** Livro "LANA: Uma história sobre cyberbullying". Folha A4. Canetinha/lápis de cor/caneta/lápis de escrever/ borracha.

### OBJETIVO

Promover uma leitura ativa e reflexiva do livro "LANA: Uma História Sobre Cyberbullying", incentivando a compreensão crítica do tema e o desenvolvimento de empatia e cidadania digital.

### HABILIDADE DA BNCC

Componente Curricular	Ano	Código da Habilidade (BNCC)	Descrição da Habilidade
	1º ano	EF15LP15	Reconhecer que os textos literários fazem parte do mundo da ficção e apresentam uma dimensão lúdica e de encantamento, sendo valorizados como patrimônio artístico da humanidade.
	2º ano	EF15LP16	Ler e compreender, com ajuda do professor e dos colegas, textos do campo artístico literário (contos populares, de fadas, acumulativos, de assombração, entre outros).
		EF15LP15	Reconhecer que os textos literários fazem parte do mundo da ficção e apresentam uma dimensão lúdica e de encantamento, sendo valorizados como patrimônio artístico da humanidade.
	3º ano	EF03LP16 A	Identificar a situação comunicativa, o tema, a estrutura composicional e o estilo de textos do cotidiano (ex.: receitas e instruções de montagem).
		EF15LP10	Escutar com atenção falas de professores e colegas, formulando perguntas pertinentes ao

**METODOLOGIA**

- Leitura dialógica e participativa, com interação ativa entre professor e estudantes.

Etapas da Aula:

- Preparação e motivação (10 min)
- Leitura (20/30 min)
- Ilustração do desenho ou confecção do seu próprio (25 min)

**AVALIAÇÃO**

O processo avaliativo dessa atividade pode se dar por meio de valorização da participação e expressão de ideias do estudante durante a atividade percebendo se a criança conseguiu atingir os objetivos propostos pela BNCC (2018) nas habilidades descritas anteriormente.

**BIBLIOGRAFIA USADA PARA A AULA**

KUBIAKI, G. LANA: Uma história sobre cyberbullying. 2ª ed. EdiUNESC, 2024.

Esta atividade é fundamental, pois buscamos colocar nele formas de trabalho para que o professor, ou profissional que desenvolva ação de saúde mental, seja capaz de estabelecer uma linha de raciocínio dentro da temática e da interação com a turma, por isso, aqui também discutiremos a parte da organização do guia que trata sobre a leitura comentada do livro “LANA: Uma história sobre cyberbullying” (Kubiaki, 2024), apontando as reflexões possíveis de serem levantadas pelo professor em sala de aula através da leitura, com comentários de cada página do livro.

A escolha de um teórico como Piaget se dá por compreender que a sua linha de raciocínio que equilibra o desenvolvimento orgânico do sujeito com as práticas de interação social, são ao nosso ponto de vista, a mais adequada para que o trabalho seja desenvolvido em sala de aula. E por isso, ao refletirmos sobre a obra do autor, verifica-se que dentro da literatura infantil temos uma poderosa ferramenta para o desenvolvimento social, emocional e cognitivo da criança. A teoria do autor propõe que a aprendizagem da criança se dê de forma orgânica com a exposição ao objeto de conhecimento, que através dos processos que a Epistemologia Genética vai chamar de assimilação, acomodação e equilíbrio.

Essa é a razão fundamental desse produto defender que a proposta deve ter mais do que somente uma leitura crítica, mas que possa se estabelecer em mais dias de aula, para que o processo de assimilação, acomodação e equilíbrio do conteúdo tão relevante para o desenvolvimento das nossas crianças possa ser fixado de forma concreta. Ainda vale considerar que ao propormos atividades de leitura e que envolvam o livro, estamos não somente favorecendo o desenvolvimento da linguagem e cognição, mas também da interação entre as crianças, professores, colegas e grupo escolar.

A faixa etária para a discussão está entre seis e 10 anos, ou seja, no período do Fundamental I (que vai do 1º ao 5º ano), isso porque dentro da teoria piagetiana compreendemos que o estágio operatório (sete anos ou mais) corresponde ao estágio adequado para a inserção do tema, pois é nessa fase que a criança vai desenvolver seu pensamento imaginativo e interpretação simbólica (Piaget, 1999). O livro Lana (Kubiaki, 2024), por se tratar de um livro realista, conforme classificação apontada por Coelho (1991), pode favorecer na criança um reconhecimento da importância do tema, por estar alinhada a sua realidade palpável, criando ainda um

imaginário fantástico que contribui com a compreensão do tema, uma vez que com a mediação do adulto a exploração do tema pode gerar um vínculo maior entre a temática e a criança (Ferreiro, 1995; 2011).

Até aqui, justificamos a escolha teórica, faixa etária, e agora uma pergunta intrigante: Na era digital, qual a finalidade de usar um livro físico para desenvolver uma atividade que trata justamente o ambiente virtual? Essa escolha se deu por em primeiro lugar conveniência, uma vez que o autor do livro é o mesmo autor do Guia e em segundo pela defesa que do livro impresso como recurso de estimulação às crianças de conhecimento.

Conforme apontam Magen *et al.* (2013); Stole *et al.* (2020), o livro físico favorece maior compreensão e retenção de conteúdo, evitando malefícios das telas digitais como cansaço ocular e dispersão, o que impacta significativamente na aprendizagem. Além disso, o Brasil possui legislação específica, a Política Nacional do Livro (Lei nº 10.753/2003), sobre a estimulação do consumo do livro infantil por escolas, com momentos de leitura e ainda sobre a acessibilidade econômica desse bem.

## Leitura da Capa

### VERSÃO COMENTADA

Caro professor/a, quando estamos nos preparando para uma contação de história ou introdução de U refletir: Quanto desse tema já faz parte do imaginário das nossas C onvido a apresentar a primeira leitura da obra “LANA: Uma história S ndo pela capa. Quando iniciarmos a conversa, devemos ter em mente C construção. Inicie a discussão perguntando às crianças o que elas C quais as suposições que elas fazem quando ouvem o nome C ança a fazer uma leitura visual da capa. A escuta nesse momento C vez que os relatos espontâneos dão noção do quanto a criança está p ofreu a violência.



Art. 6- **Intimidação sistemática virtual (cyberbullying)** (...) conduta é realizada por meio da rede de computadores, de rede social, de aplicativos, de jogos **on-line** ou por qualquer outro meio ou ambiente digital, ou transmitida em tempo real (Brasil, 2024).

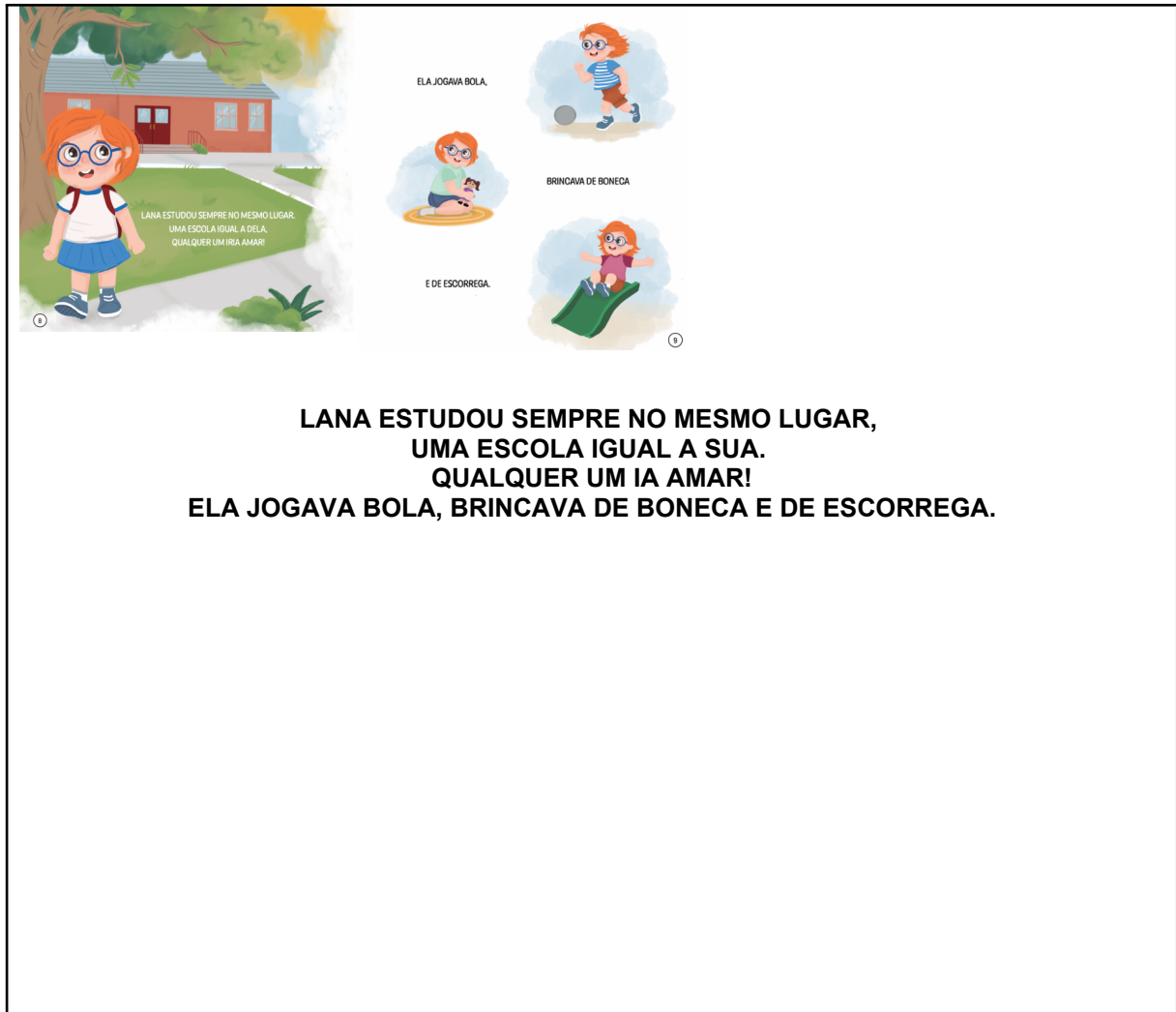
Fonte: Autores

A compreensão de que a leitura não se limita apenas ao texto escrito permite que a criança se envolva de maneira mais significativa com a história. Para isso, é essencial incluir na abordagem textual a leitura das imagens, contextualizando a

discussão com base no conhecimento prévio da criança. A Lei do Livro (Lei nº 10.753/2003) propõe que a atividade literária favorece não somente leitores proficientes, mas também críticos, sensíveis aos temas atuais e comprometidos socialmente.

Conforme Piaget (1999; 2013), a criança não inicia seu processo de aprendizagem a partir do vazio, sendo necessária uma intermediação que considere seus conhecimentos prévios. É por meio de suas experiências que constrói saberes e interage com o objeto de conhecimento.

O momento da leitura proporciona à criança oportunidades de ampliar suas relações afetivas, cognitivas e sociais. Quando a leitura é introduzida desde a capa, o estudante tem maior contato com o objeto de conhecimento, o que possibilita inferências e discussões sobre o tema abordado. O professor, como mediador entre o conhecimento e a criança, promove um maior engajamento na discussão (Piaget, 1999; Brasil, 2018).




Fonte: Autores

Quando convidamos as crianças a compartilharem suas experiências e vivências escolares por meio da personagem LANA, conforme a dinâmica da atividade proposta, estamos promovendo um modelo de escuta atenta e acolhimento às suas demandas. Essa prática contribui para o fortalecimento do vínculo entre adulto e criança, e está alinhada às perspectivas contemporâneas sobre a infância, que reconhecem a criança como sujeito ativo, produtora de cultura, sentidos e saberes (Sarmiento, 2005; Kramer, 1994).

Segundo Piaget (1999; 2013), às crianças do Ensino Fundamental I estão inseridas no Estágio Operatório Concreto, fase em que começam a organizar suas experiências de forma mais lógica, mas ainda dependem de suportes concretos e significativos para a construção do conhecimento. Nesse contexto, Coelho (1991) destaca que o contato com o mundo proporcionado pela literatura amplia a visão de mundo da criança, enriquecendo seu repertório simbólico e suas possibilidades de interpretação da realidade.

## Leitura do livro (página 10 e 11)



AGORA, COMO JÁ É MAIORZINHA,  
AMA JOGAR VIDEOGAME,  
UM PRESENTE DE SUA MADRINHA.

LANA É MUITO ESPERTA,  
ESTÁ SEMPRE ALERTA.  
EM UM TORNEIO QUE SUA ESCOLA FEZ,  
NO VIDEOGAME FOI CAMPEÃ.

**AGORA COMO JÁ É MAIORZINHA,  
AMA JOGAR VIDEOGAME.  
UM PRESENTE DE SUA FADA MADRINHA.  
LANA É MUITO ESPERTA,  
ESTÁ SEMPRE ALERTA.  
EM UM TORNEIO QUE SUA ESCOLA FEZ,  
NO VIDEOGAME FOI CAMPEÃ.**

**Comentário para o aplicador:** Uma das possibilidades que podem ser exploradas nessa etapa é a reflexão sobre as qualidades da personagem Lana. Podemos estimular as crianças a pensarem sobre aquilo que as torna especiais, convidando-as a reconhecer e valorizar suas próprias habilidades. Esse exercício de autoconhecimento e valorização individual favorece o fortalecimento da autoestima e da identidade. Aproximar-se do universo infantil torna-se ainda mais possível quando o livro aborda o fato de Lana ser habilidosa com videogames. Ao trazer esse elemento para a discussão, abrimos espaço para dialogar com os interesses atuais das crianças, além de observar com que frequência fazem uso de dispositivos eletrônicos em seu cotidiano. Esse momento pode ser oportuno para refletir sobre o uso consciente da tecnologia e suas relações com o lazer, o aprendizado e a convivência.


**ATENÇÃO:** De acordo com reportagem de Ludmilla Souza (2019), baseada em dados da Sociedade Brasileira de Pediatria, “a exposição às telas de computadores, celulares e tablets por crianças e adolescentes pode afetar o sono, a atenção, o aprendizado, o sistema hormonal (com risco de obesidade), a regulação do humor (com risco de depressão e ansiedade), o sistema osteoarticular, a audição [e] a visão” (SOUZA, 2019).

Fonte: Autores

A proposta apresentada, visa orientar o professor quanto à condução da leitura a partir das particularidades de cada criança, valorizando aquilo que a torna única, além do alerta sobre a necessidade do cuidado com uso de telas que contribuem como fator de risco para inúmeros adoecimentos infantis. Por isso, o trecho inicia com um convite às crianças para que compartilhem seus interesses, permitindo que o processo de construção do conhecimento parta de suas vivências e

se amplie com base no tema proposto. O tópic “ATENÇÃO” levantado sobre o uso de telas é importante para o material apresentado ao professor e aplicador, pois alerta sobre o uso consciente dos instrumentos tecnológicos para além da temática apresentada. Além disso, destaca-se a relevância da prevenção ao adoecimento, reforçando a importância da promoção da saúde por meio do Letramento em Saúde. Esse conceito compreende o desenvolvimento do autoconhecimento e da consciência coletiva como fundamentos para a compreensão crítica dos processos de saúde e doença (Barbosa *et al.*, 2022; Peres, 2022).

### Leitura do livro (página 12 e 13)



**MAS HOJE ESTAVA MAIS ANIMADA DO QUE NUNCA!  
ERA UM DIA MUITO IMPORTANTE PARA TODA SUA TURMA,  
IRIAM RECEBER UMA VISITA, QUAL SURPRESA TERIAM?**

**-COMO CONTEI PARA VOCÊS,  
VAMOS RECEBER UMA VISITA MUITO LEGAL,  
A JOANA É POLICIAL!**

**Comentário para o aplicador:** A escola é um espaço diverso, cheio de experiências e atividades que despertam o interesse das crianças. Muitas vezes, são justamente aquelas situações que fogem da rotina da sala de aula que nos mostram o que realmente motiva os alunos. O livro *LANA* vai além do tema do cyberbullying — ele também nos convida a refletir sobre o ambiente escolar como um todo. Já na página 13, percebemos como a obra traz à tona a diversidade presente na escola, seja ela neurodiversidade, social ou racial. Esses aspectos enriquecem a convivência e nos ajudam a pensar em práticas mais acolhedoras e respeitosas com cada criança.

Fonte: Autores

Aqui busca-se reforçar a importância do enfrentamento ao cyberbullying. Conforme destacam Fujita e Ruffa (2019), esse enfrentamento deve envolver a participação conjunta da família, da escola e da sociedade. Isso significa reconhecer a diversidade de contextos e de sujeitos que compõem o ambiente social. A presença da policial Joana na narrativa simboliza esse compromisso coletivo,

mostrando como a participação social ativa dentro da escola é essencial para o desenvolvimento de ações que promovam a saúde mental e previnam o adoecimento das crianças.

### Leitura do livro (página 14 e 15)

**-HOJE EU VIM FALAR DE ALGO MUITO PARECIDO COM O BULLYING, MAS QUE ACONTECE NA REDE SOCIAL E DE FORMA DIGITAL, O CYBERBULLYING, VOCÊS JÁ OUVIRAM FALAR DELET?**

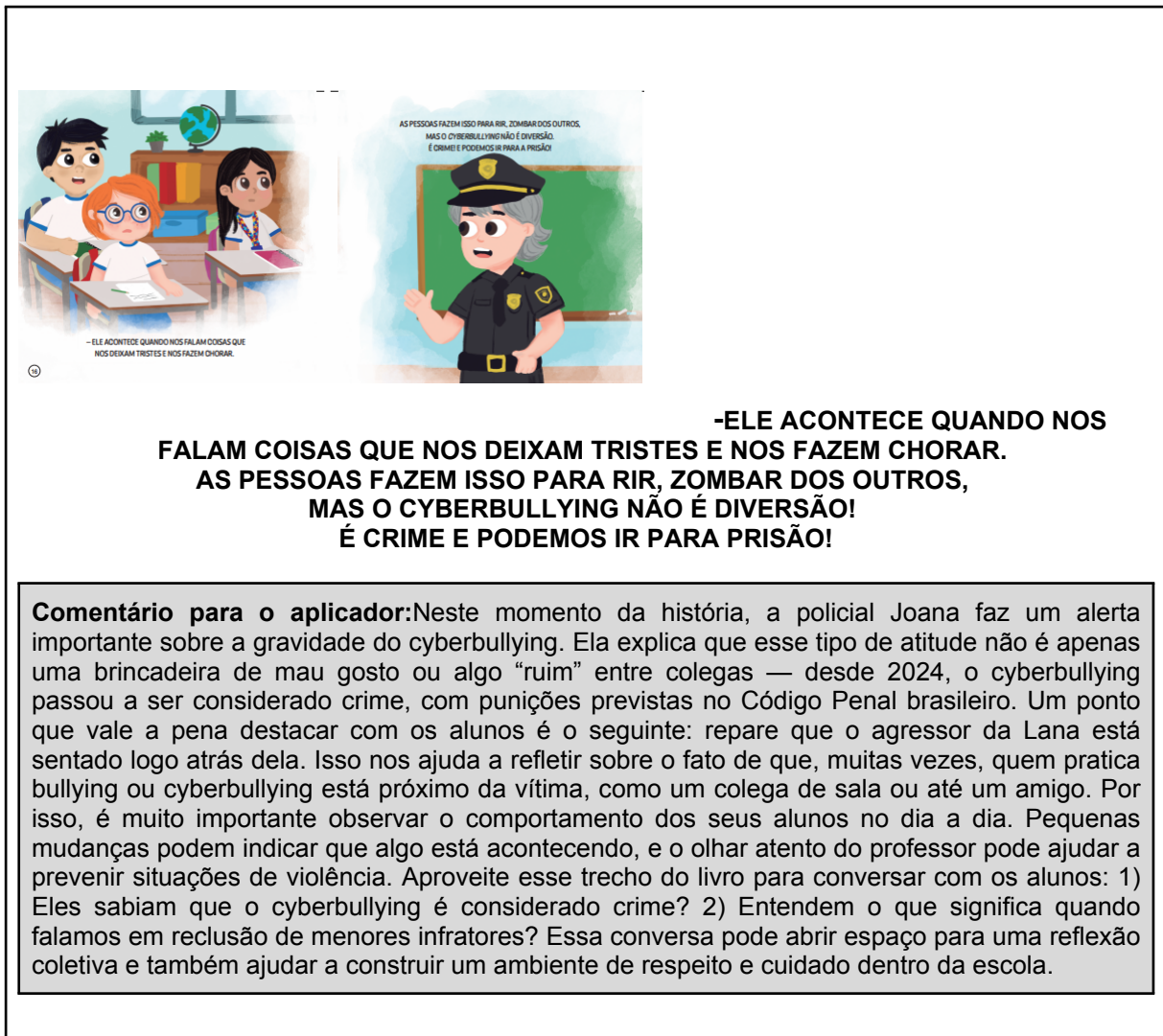
**Comentário para o aplicador:** Neste momento, entramos diretamente no tema central do livro: o cyberbullying. Para introduzir esse assunto de forma próxima das crianças, a história apresenta uma personagem muito especial: a policial Joana, que vai até a escola conversar com os estudantes sobre o tema. Nessa parte da leitura, é importante que o professor esteja atento ao contexto em que Lana está inserida. Os colegas da estudante não estão ali por acaso. Cada um representa diferentes perfis de crianças que fazem parte da escola: estudantes com deficiência, crianças neurotípicas, de diferentes raças, estilos e realidades. Isso nos ajuda a refletir que o cyberbullying pode afetar qualquer pessoa — sejam crianças com deficiência, estudantes típicos e até adultos. Orientação para o professor: explore com calma essa primeira página da nova cena. Use a pergunta que aparece na ilustração feita pela policial Joana: “Quem aqui já ouviu falar em cyberbullying?” Dê espaço para que as crianças expressem o que sabem (ou acham que sabem). Deixe que falem livremente, sem julgar ou corrigir de imediato. O objetivo aqui é ouvir, acolher e entender o ponto de partida da turma. A partir disso, vá construindo com eles o significado desse termo, explicando que o cyberbullying acontece quando alguém usa a internet ou o celular para ofender, humilhar ou ameaçar outra pessoa, o que pode causar muito sofrimento. Aproveite esse momento para abrir espaço para a empatia e para a ideia de que todas as pessoas merecem respeito, seja no mundo real ou no virtual.

Fonte: Autores

De acordo com a Lei nº 14.811/2024, é dever da sociedade — incluindo a escola — participar ativamente de campanhas de conscientização e criar espaços de escuta e acolhimento para as vítimas de cyberbullying. Isso mostra o quanto é importante que o tema seja discutido de forma aberta e respeitosa no ambiente escolar. No trecho apresentado, quando o professor convida os alunos a responderem à pergunta “Quem já ouviu falar em cyberbullying?”, está aplicando na prática essa ideia prevista na lei. Essa pergunta não é feita por acaso: ela tem o

objetivo de partir do conhecimento prévio dos alunos, ou seja, daquilo que eles já sabem, ouviram falar ou viveram. Essa abordagem valoriza a escuta ativa e permite que a construção do conhecimento aconteça de forma gradual, respeitando o ritmo e o interesse da turma. Ao fazer isso, o professor ajuda os alunos a refletirem de maneira mais profunda sobre o tema, conectando-o com suas realidades e experiências.

### Leitura do livro (página 16 e 17)



**-ELE ACONTECE QUANDO NOS FALAM COISAS QUE NOS DEIXAM TRISTES E NOS FAZEM CHORAR.**  
**AS PESSOAS FAZEM ISSO PARA RIR, ZOMBAR DOS OUTROS, MAS O CYBERBULLYING NÃO É DIVERSÃO! É CRIME E PODEMOS IR PARA PRISÃO!**

**Comentário para o aplicador:** Neste momento da história, a policial Joana faz um alerta importante sobre a gravidade do cyberbullying. Ela explica que esse tipo de atitude não é apenas uma brincadeira de mau gosto ou algo “ruim” entre colegas — desde 2024, o cyberbullying passou a ser considerado crime, com punições previstas no Código Penal brasileiro. Um ponto que vale a pena destacar com os alunos é o seguinte: repare que o agressor da Lana está sentado logo atrás dela. Isso nos ajuda a refletir sobre o fato de que, muitas vezes, quem pratica bullying ou cyberbullying está próximo da vítima, como um colega de sala ou até um amigo. Por isso, é muito importante observar o comportamento dos seus alunos no dia a dia. Pequenas mudanças podem indicar que algo está acontecendo, e o olhar atento do professor pode ajudar a prevenir situações de violência. Aproveite esse trecho do livro para conversar com os alunos: 1) Eles sabiam que o cyberbullying é considerado crime? 2) Entendem o que significa quando falamos em reclusão de menores infratores? Essa conversa pode abrir espaço para uma reflexão coletiva e também ajudar a construir um ambiente de respeito e cuidado dentro da escola.

Fonte: Autores

A abertura do tema apresentada nesse trecho, ao trazer uma definição simples e acessível do que é o *cyberbullying*, permite que as crianças compreendam o assunto e que a reflexão possa ser gradualmente aprofundada. Segundo Aleixo e Engelman (2022), o *cyberbullying* pode ser compreendido como um “fenômeno sem rosto”, justamente por ocorrer em ambiente virtual, onde o anonimato e a ausência

de interação física direta tornam a violência ainda mais complexa.


Conforme Ristum e Ferreira (2023):

(...) o *cyberbullying* se torna mais grave por não ter limites geográficos, além de envolver o poder da palavra escrita. Nesse sentido, pode adentrar as casas, ampliando o seu raio de ação. Considera-se, ainda, o agravante de sua permanência, já que é praticamente impossível sua total eliminação do ambiente virtual.

Esse tipo de violência vai além das agressões físicas. Seus impactos estão relacionados à humilhação, à intimidação, à ameaça e à exclusão digital, atingindo com especial gravidade indivíduos pertencentes a grupos minorizados e em situação de vulnerabilidade.

Considerando que o *cyberbullying* passou a ser tipificado no Código Penal Brasileiro a partir da Lei nº 14.811/2024, a discussão do tema em contexto escolar demanda uma abordagem responsável, uma vez que pode gerar implicações jurídicas, tanto na esfera cível quanto penal.

### Leitura do livro (página 18 e 19)



ENQUANTO JOANA FALAVA,  
LANA COMEÇOU A CHORAR,  
ENTÃO A PROFESSORA FOI CONVERSAR COM A MENINA:

- VENHA AQUI COMIGO,  
O QUE FOI ISSO?

- NÃO É NADA, NÃO! FIQUEI TRISTE.  
PARECE ALGO RUIM ISSO  
QUE A POLICIAL DISSE!

**ENQUANTO JOANA FALAVA,  
LANA COMEÇOU A CHORAR  
ENTÃO A PROFESSORA FOI CONVERSAR COM A MENINA:**

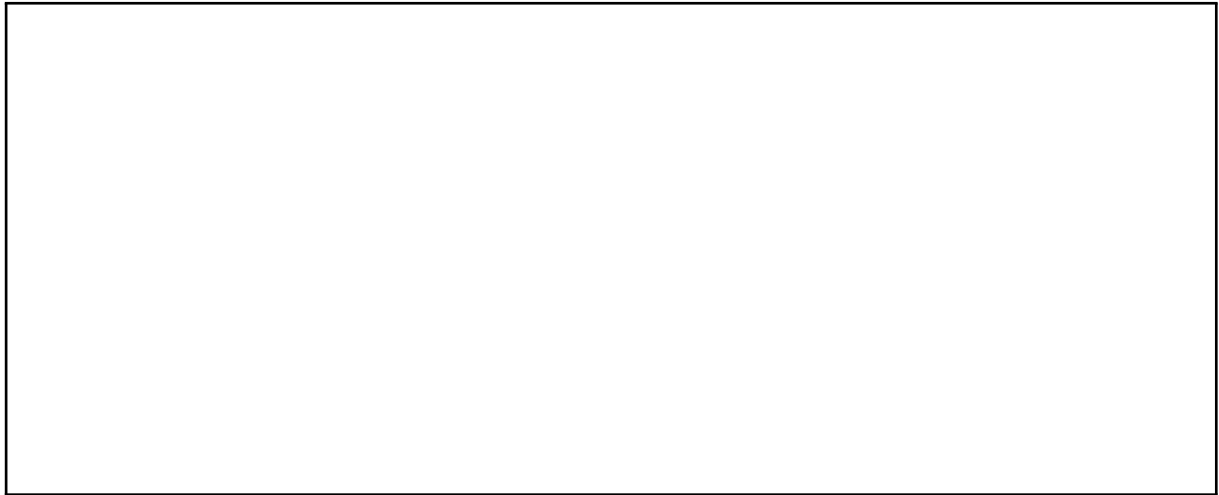
**- VENHA AQUI COMIGO, O QUE FOI ISSO?  
- NÃO É NADA, NÃO!  
FIQUEI TRISTE!  
PARECE ALGO RUIM ISSO QUE A POLICIAL DISSE!**

**Comentário para o aplicador:** Neste momento da história, Lana começa a compartilhar – mesmo que de forma sutil – o que está sentindo com o *cyberbullying*. É importante que o professor perceba que, muitas vezes, a criança tem dificuldade em falar sobre o que está acontecendo, especialmente quando envolve sofrimento, vergonha ou medo. Aqui, o papel do educador é fundamental. Aproveite essa parte do livro para abrir um espaço seguro de conversa com a turma. Você pode reforçar mensagens simples e acolhedoras, como:

- "Quando você estiver triste ou preocupado, pode conversar com um adulto em quem confia."

- "Ficar triste às vezes é normal, mas se essa tristeza estiver incomodando, é importante contar para o papai, a mamãe, a professora ou algum outro adulto de confiança."


Além disso, observe os alunos com atenção. Mudanças no comportamento – como ficar mais quieto, mais irritado, se isolar dos colegas ou até faltar mais às aulas – podem ser sinais de que



Fonte: Autores

Nesse trecho, propõe-se uma atenção especial à escuta das falas infantis e à identificação de sinais de sofrimento psíquico. Em contextos de vulnerabilidade emocional, como nos casos de *cyberbullying*, é comum que a criança apresente dificuldades para nomear e expressar seus sentimentos de maneira clara e direta, sobretudo quando envolvem emoções como vergonha, medo ou dor (Ristum; Ferreira, 2021).

### Leitura do livro (página 20 e 21; 22 e 23)

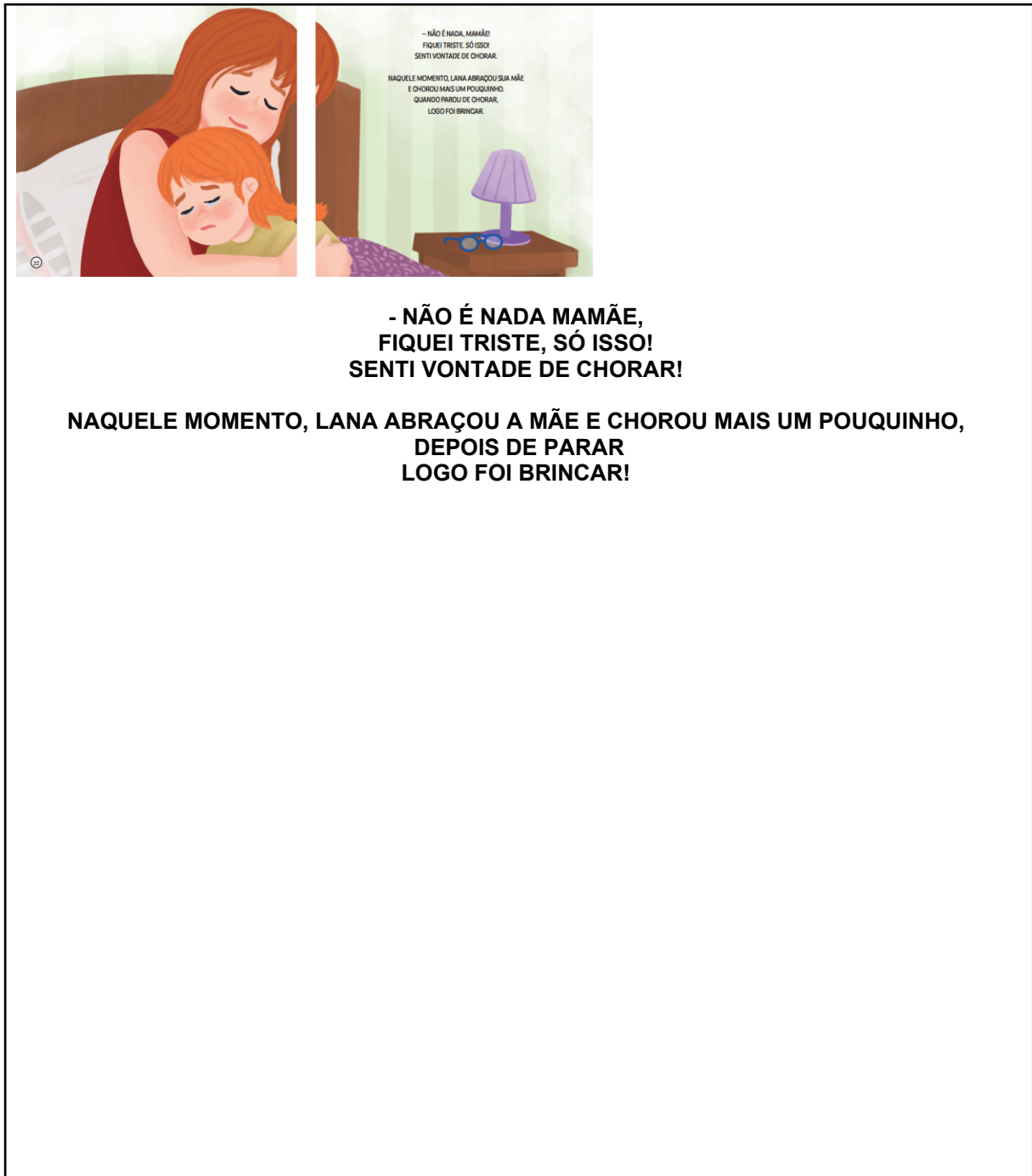


TEMPO DEPOIS, EM CASA,  
A MENINA SE LEMBROU DE ALGO  
QUE COM ELA TINHA OCORRIDO.

SUA MAMÃE FOI ATÉ O QUARTO,  
VIU QUE LANA CHORAVA COM O TRAVESSEIRO NA MÃO.  
FICOU ASSUSTADA E LOGO SE PÔS A PERGUNTAR:  
- MAS O QUE ACONTECEU? QUER ME CONTAR?

**TEMPOS DEPOIS, EM CASA,  
A MENINA SE LEMBROU DE ALGO  
QUE COM ELA TINHA OCORRIDO.**

**SUA MAMÃE FOI ATÉ O QUARTO,  
VIU QUE LANA CHORAVA COM SEU TRAVESSEIRO NA MÃO.  
FICOU ASSUSTADA E LOGO SE PÔS A PERGUNTAR:  
- MAS O QUE ACONTECEU? QUER ME CONTAR?**



Fonte: Autores

Nas situações, manifestações verbais fragmentadas, indiretas ou pouco articuladas, como apresentadas, podem constituir importantes indicadores de sofrimento e, conseqüentemente, configurar pedidos de ajuda. Para que tais sinais sejam reconhecidos, é imprescindível que o professor exerça uma escuta ativa e sensível às demandas subjetivas trazidas pelos alunos no cotidiano escolar. Nesse sentido, é fundamental que a sala de aula seja compreendida como um espaço de acolhimento e segurança emocional, no qual a criança se sinta legitimada a expressar-se e reconhecida em sua singularidade (Minayo; Souza, 2003). Criar um

ambiente afetivamente seguro favorece o desenvolvimento de vínculos de confiança e facilita a mediação de situações de vulnerabilidade emocional, contribuindo para a prevenção de agravos à saúde mental no contexto escolar.

### Leitura do livro (página 24 e 25; 26 e 27)

APÓS LANA SAIR DO QUARTO,  
SUA MÃE PERCEBEU NA TELA DO COMPUTADOR,  
MUITAS MENSAGENS NO CANTINHO.  
IMAGINOU QUE SERIA ALGO DE JOGUINHO  
OU ALGUMA CONVERSA COM ALGUM AMIGUINHO.

**APÓS LANA SAIR DO QUARTO,  
SUA MÃE PERCEBEU NA TELA DO COMPUTADOR,  
MUITAS MENSAGENS NO CANTINHO.  
IMAGINOU QUE SERIA ALGO DE JOGUINHO  
OU ALGUMA CONVERSA COM AMIGUINHO.**

AQUILO TINHA ACONTECIDO DIAS ATRÁS,  
MAS SÓ DEPOIS DA VISITA DE JOANA  
QUE LANA SE SENTIU SEGURA PARA  
À SUA MÃE RELATAR:

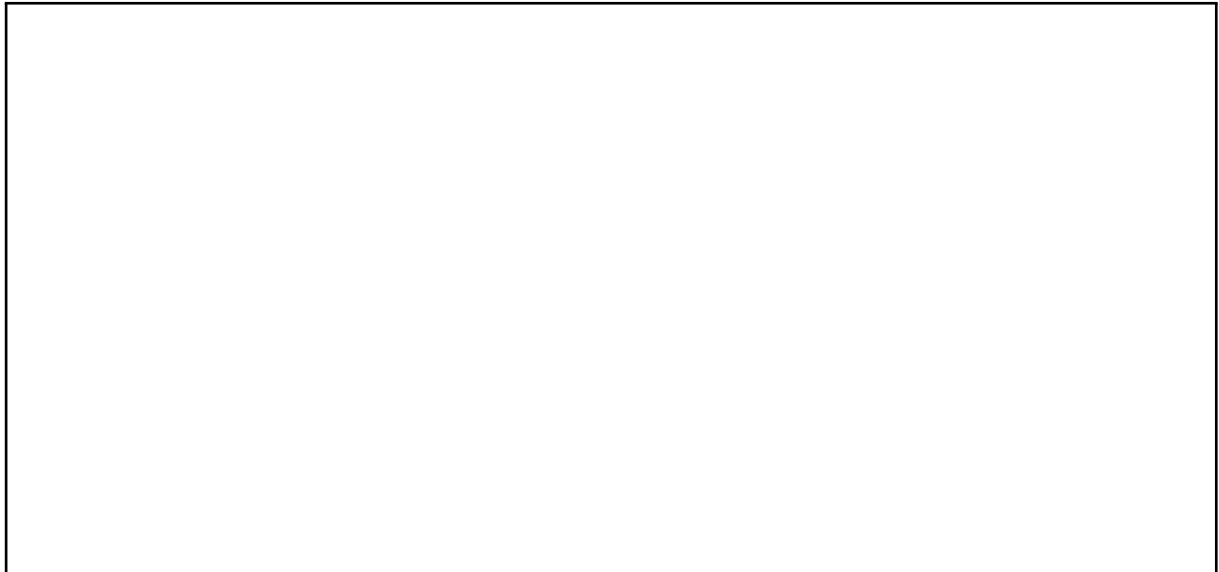
- A POLICIAL FALOU QUE QUANDO NOS DIZEM COISAS FEIAS NOS JOGUINHOS OU NO DELULAR, CHAMA-SE CYBERBULLYING.  
ANTES, QUANDO CHOREI E PORQUE ME DISSERAM COISAS ASSIM:  
QUE NO JOGO EU ERA RUIM  
TAMBÉM QUE EU SOU GORDINHA  
E TENHO CARA DE FUINHA.

**AQUILO TINHA ACONTECIDO DIAS ATRÁS,  
MAS SÓ DEPOIS DA VISITA DA JOANA,  
LANA SENTIU-SE SEGURA PARA À SUA MÃE RELATAR:  
-A POLICIAL FALOU QUE QUANDO DIZEM COISAS FEIAS PARA NÓS NOS JOGUINHOS OU  
NO WHATSAPP SE CHAMA CIBERBULLYING.  
AQUELE FIM DE SEMANA, QUE CHOREI, ME DISSERAM COISAS ASSIM:  
“QUE NO JOGO EU ERA RUIM!  
TAMBÉM QUE ERA GORDINHA,  
E TINHA CARA DE FUINHA!”**

**Comentário para o aplicador:** A prevenção das violências contra crianças e adolescentes precisa ser feita de forma integrada, envolvendo três pilares: escola, família e sistema de proteção aos direitos da criança e do adolescente (como o Conselho Tutelar, Ministério Público, entre outros). O livro *Lana* nos convida, em vários momentos, a ampliar a conversa para além da escola. Sempre que possível, é importante conversar com as famílias sobre cuidados com o uso da internet pelas crianças, especialmente em jogos online, redes sociais e aplicativos de mensagens. De acordo com a Lei nº 14.811/2024, o *cyberbullying* se caracteriza por:

- Violência psicológica repetitiva;
- Humilhação e discriminação;
- Agressões morais e sociais;
- Envio de mensagens ofensivas por redes sociais, jogos online ou aplicativos.

No caso de *Lana*, a mãe percebeu que algo estava errado durante um momento de lazer da filha. Isso mostra que até situações que parecem inofensivas, como jogar online, podem esconder



Fonte: Autores

Refletindo sobre a mãe recebe a revelação da violência sofrida, reforça aquilo o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à dignidade, ao respeito e à integridade física e moral de crianças e adolescentes. Complementarmente, o Código Civil Brasileiro, em seu artigo 932 (Brasil, 2002), dispõe sobre a responsabilização civil de terceiros, incluindo:

Art. 932. São também responsáveis pela reparação civil:

- I - os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia;
- II - o tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados, que se acharem nas mesmas condições;
- III - o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele;
- IV - os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos;
- V - os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia (Brasil, 2002)

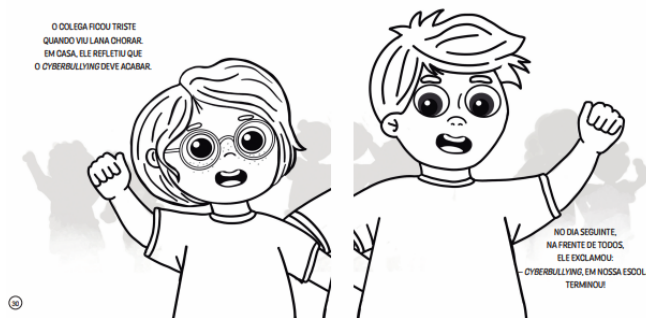
Dessa forma, a prática de cyberbullying por crianças ou adolescentes pode acarretar, além das medidas socioeducativas previstas no ECA, a responsabilização civil de seus pais ou responsáveis legais. Tal entendimento reforça a importância do trabalho preventivo e educativo nas escolas, articulado com as famílias e a comunidade, promovendo o letramento digital e o cuidado com a saúde mental no ambiente escolar.

## Leitura do livro (página 28 e 29; 30 e 31)



OS PAIS DE LANA FORAM À ESCOLA  
E CONTARAM O QUE TINHA ACONTECIDO.  
DESCOBRIRAM QUE FOI UM AMIGO  
QUE TINHA ESCRITO AQUILO.

**O PAI E A MAMÃE FORAM NA ESCOLA  
E CONTARAM O QUE TINHA ACONTECIDO.  
DESCOBRIRAM QUE ERA UM AMIGO  
QUE TINHA ESCRITO AQUILO!**



O COLEGA FICOU TRISTE  
QUANDO VIU LANA CHORAR.  
EM CASA, ELE REFLETIU QUE  
O CYBERBULLYING DEVE ACABAR.

NO DIA SEGUINTE,  
NA FRENTE DE TODOS,  
ELE EXCLAMOU:  
- CYBERBULLYING, EM NOSSA ESCOLA,  
TERMINOU!

**O COLEGA FICOU TRISTE QUANDO VIU A LANA CHORAR.  
EM CASA REFLETIU QUE CYBERBULLYING DEVE ACABAR!  
NA FRENTE DE TODOS, EXCLAMOU:  
“CYBERBULLYING NA NOSSA ESCOLA, TERMINOU!”**

**Comentário para o aplicador:** Ao final da história de Lana, vemos que a resolução do problema começa quando família e escola se unem. A ilustração que mostra os pais conversando com a diretora reforça a importância da presença da família na vida escolar da criança, especialmente no acompanhamento de seu desenvolvimento emocional e social. O *cyberbullying* é uma forma de violência que pode gerar consequências legais, inclusive com responsabilização civil para os pais e adolescentes envolvidos. No entanto, assim como propõe o livro, acreditamos que a melhor forma de enfrentar essa realidade é com ações educativas de prevenção, promovendo o respeito e a cidadania desde cedo. Na última página do livro, sugerimos que o professor aproveite o momento para propor uma conversa reflexiva com a turma, pode ser nosso momento de avaliação para sabermos como os estudantes agregam o conhecimento sobre o tema, podemos abordar perguntas como:

- O que podemos fazer para prevenir o *cyberbullying*?
- Será que, mesmo sem querer, podemos cometer esse tipo de violência com nossos colegas?
- O que podemos fazer quando nos sentimos machucados ou humilhados por mensagens ou brincadeiras online?
- Quem são os adultos que podemos procurar quando precisamos de ajuda?

A ilustração final do livro também é um convite para que a criança interaja com a obra, colorindo e refletindo sobre o tema. Manter o livro nas mãos das crianças por mais tempo estimula o contato com a leitura e reforça a importância de conversar sobre emoções, respeito e segurança digital.

---

Fonte: Autores

Aqui se retoma a importância da participação da família na escola e da tríade de proteção da criança: família, escola e sociedade. Assim,

Tais intervenções podem ser feitas na sala de aula, no recreio, na relação da escola com os pais, nas relações interpessoais nos mais diversos níveis, nos regulamentos e nas suas formas de divulgação e de aplicação, e no desenvolvimento do clima social ou ethos da escola (Ristum, Ferreira, 2023)

As atividades que envolvem habilidades de prevenção de saúde perpassam todo o ambiente escolar, não somente uma disciplina específica. As habilidades gerais da BNCC (2018b), podem contribuir para o desfecho da reflexão levantada com os professores na sessão de Leitura Comentada. Habilidades Gerais, resumidamente, como:

1. Conhecimento
2. Pensamento científico, crítico e criativo
3. Repertório cultural
4. Comunicação
5. Cultura digital
6. Trabalho e projeto de vida
7. Argumentação
8. Autoconhecimento e autocuidado
9. Empatia e cooperação
10. Responsabilidade e cidadania

Ou seja, a inserção do tema de cyberbullying, a compreensão do seu conceito, o incentivo à leitura crítica e o exercício de cidadania, vão ao encontro daquilo que levanta a BNCC (2018b), além de valorizar a promoção de saúde mental, preconizada pelo PSE, pactuação 2025/2026.

## **ATIVIDADE II**

Nessa atividade, o foco é trabalhar com Metodologias Ativas, buscando fomentar no aluno a expressão artística e também a criatividade, iniciando a discussão sobre a temática com um olhar de sensibilização do tema.

#### **ATIVIDADE II- QUEBRA-CABEÇA DAS EMOÇÕES (2º ano ou 5º ano)**

**TEMA:** Saber identificar emoções relacionada ao cyberbullying

**CONTEÚDO:** A segunda intervenção com a turma, se trata de montarmos um quebra-cabeça com as crianças. Essa atividade estimula capacidades cognitivas, mas também promove a socialização de um tema fundamental para nossos dias. Queremos que os estudantes consigam expressar, através da arte, como se sentem em relação ao cyberbullying. Além disso, a ideia é a fácil aplicabilidade da proposta. Usaremos cartolina, previamente dividida em pedaços irregulares, mas que se encaixem. Os estudantes recebem um dos pedaços e devem desenhar nas peças, conforme a condução do aplicador. Podemos usar os direcionamento: "Como se sente ao presenciar o cyberbullying". Após todos terminarem, propomos montar o quebra-cabeça em uma mural e conversar sobre os desenhos das crianças.

**Disciplinas envolvidas:** Língua Portuguesa; Artes e Educação Física

**Ano:** Ensino Fundamental I (2º ou 5º ano)

**Faixa etária:** 6 a 10 anos

**Duração:** 2 aula (1h e 15 minutos)

**Materiais necessários:** Cartolina. Canetinha/lápis de cor/caneta/lápis de escrever/ borracha.

**Objetivo Geral:** Promover através da expressão artística o reconhecimento de emoções associadas ao cyberbullying.

#### **HABILIDADE DA BNCC (2018) PARA 2º ANO:**

<b>Componente Curricular</b>	<b>Ano</b>	<b>Código da Habilidade (BNCC)</b>	<b>Descrição da Habilidade</b>
<b>Educação Física</b>	2º ano	EF02EF13*	Experimentar, fruir e recriar diferentes brincadeiras e jogos inclusivos, valorizando o trabalho em equipe e a participação de todos.
<b>Língua Portuguesa</b>		EF02LP23	Planejar e produzir, com certa autonomia, pequenos registros de observação de resultados de pesquisa, coerentes com um tema investigado.
<b>Artes</b>		EF15AR04	Experimentar diferentes formas de expressão artística (desenho, pintura, colagem, quadrinhos, dobradura, escultura, modelagem, instalação, vídeo, fotografia etc.), fazendo uso sustentável de materiais, instrumentos, recursos e técnicas convencionais e não convencionais.

**METODOLOGIA**

Será usado uma cartolina que deve ser recortada na sala de aula em pedaços pelo professor, cada criança recebe um pedaço e após todos os alunos estarem munidos do seu pedaço, eles devem colorir com a seguinte motivação do professor: “Como você se sentiu ou sentiria caso sofresse cyberbullying?” Após, os estudantes devem desenhar nesse pedaço de papel e ao final, reunindo o quebra-cabeça em um mosaico em um espaço da sala para analisarem. A ideia é que os estudantes reflitam sobre os sentimentos gerados. Os professores podem trazer as emoções básicas para a identificação mais fácil das crianças.

**ETAPAS DA AULA**

- Preparação e motivação (10 min)

**ATIVIDADE (1h)**

- 1º- Entregue os pedaços de cartolina para o aluno;
- 2º- Peça para que as crianças pensem em situações de cyberbullying;
- 3º- Pergunte sobre que emoções elas sentem ou sentiriam se sofressem cyberbullying;
- 4º Peça para que desenhem essa emoção;
- 5º Escolha um espaço na sala de aula ou escolar;
- 6º Leve as crianças até esse espaço e cole o quebra-cabeça reunindo todas os pedaços em um mosaico;
- 7º Converse com as crianças sobre como se sentem quando olham o mosaico e quais emoções eles expressaram.

**AVALIAÇÃO**

O processo avaliativo dessa atividade pode se dar por meio de valorização da participação e expressão de ideias do estudante durante a atividade percebendo se a criança conseguiu atingir os objetivos propostos pela BNCC (2018) nas habilidades descritas anteriormente.

Fonte: Autores

Conforme já referido, o intuito do produto é trabalhar com o ganho, degrau por degrau, com os estudantes no sentido de uma reflexão sobre o tema do cyberbullying, conforme apontado na teoria de Piaget, em que o conhecimento vai sendo assimilado aos poucos mas de um modo constante. Ele pode ser trabalhado em 2º anos ou 5º anos, uma vez que se adequa para a faixa etária e para o perfil de habilidades preconizados pela BNCC (2018), conforme destacado na própria atividade.

**ATIVIDADE III**

As Metodologias Ativas têm como objetivo central favorecer a participação ativa do estudante no processo de construção do seu próprio conhecimento. Nesse sentido, a Atividade 3 propõe criar um ambiente em que os alunos possam vivenciar

diferentes pontos de vista, especialmente no papel de quem narra um fato. A elaboração coletiva de uma história, desenvolvida em grupos organizados pelas fileiras da sala, estimula o espírito de empatia entre as crianças, ao permitir que reflitam sobre situações que configuram o cyberbullying. Assim, a atividade favorece a compreensão de como as ações e discursos se encadeiam, resultando na perpetuação da violência, promovendo uma análise crítica e sensível dos acontecimentos.

### ATIVIDADE III- HISTÓRIAS DE CYBERBULLYING (3º ano)

**TEMA:** Saber identificar cyberbullying

**CONTEÚDO:** Nessa atividade você precisa estar bem preparado, amigo professor, pois os relatos sobre cyberbullying ou outros tipos de violência vão precisar de uma boa condução. Você iniciará com uma pequena cena e depois as crianças devem continuar a cena trazendo mais elementos. Até que elas tenham uma história completa com um desfecho.

**DISCIPLINAS ENVOLVIDAS:** Língua Portuguesa e Artes.

**Habilidade da BNCC:**

Componente Curricular	Ano	Código da Habilidade (BNCC)	Descrição da Habilidade
Língua Portuguesa	3º ano	EF35LP03	Identificar a ideia central do texto, demonstrando compreensão global.
Artes		EF03AR20	Experimentar o trabalho colaborativo e coletivo em improvisações teatrais e processos narrativos criativos em pantomima, explorando a teatralidade do figurino e das fisicalidades.
Artes		EF05AR20	Experimentar o trabalho colaborativo, coletivo e autoral em improvisações teatrais e processos narrativos criativos em teatro infantil, explorando desde a teatralidade dos gestos e das ações do cotidiano até elementos de diferentes matrizes estéticas e culturais.

**OBJETIVO:** Promover através da expressão artística o reconhecimento de emoções associadas ao cyberbullying.

**METODOLOGIA:** Insira cenas que representam cyberbullying. Divida a turma em grupos por fila (4 ou 5 filas), podem ser mais filas caso a turma seja grande ou ainda ser dividido em grupos menores. As crianças devem escutar um pequeno relato inicial e depois devem continuar contando a história desenvolvendo elementos criativos.

**Duração:** 1 aula (45 min)

**Ano:** Ensino Fundamental I (3º ou 5º ano)

**Faixa etária:** 8 a 10 anos

**Materiais necessários:** Ficha com começo das histórias.

### **ETAPAS DA AULA**

#### **PREPARAÇÃO E MOTIVAÇÃO (15 MINUTOS)**

Introduza o tema do cyberbullying, o que é e como acontece.

#### **ATIVIDADE (30 min)**

1º- Explique a atividade;

2º- Separe a turma em grupos dentro da sala por filas;

3º- Peça que as crianças escutem o início de uma cena relacionado ao cyberbullying;

4º Cada criança tem 1 min para continuar a história ou em caso de turmas maiores, 30 segundos;

5º Dê as instruções para que a turma levante questões sobre a cena:

- Quem era o agressor?
- Quem foi agredido?
- Como a violência aconteceu?
- Como o expectador reagiu?
- Como poderia ajudar nesse caso?

7º Dê a devolutiva fazendo uma reflexão sobre a importância da denúncia e do apoio às vítimas.

**AVALIAÇÃO**

O processo avaliativo dessa atividade pode se dar por meio da valorização da participação e expressão de ideias do estudante durante a atividade percebendo se a criança conseguiu atingir os objetivos propostos pela BNCC (2018) nas habilidades descritas anteriormente.

Fonte: Autores

O professor como mediador do conhecimento nessa atividade, possibilita aos alunos a construírem seu conhecimento a partir de uma prática dinâmica. Conforme já apontado, a Aprendizagem Baseada em Jogos (ABJ), que é uma prática das Metodologias Ativas, é capaz de proporcionar um momento mais lúdico dentro da aprendizagem, mas que engaja o estudante a construir um conhecimento mais reflexivo.

**ATIVIDADE IV**

Nesta atividade, busca-se promover o engajamento ativo dos alunos, utilizando estratégias das Metodologias Ativas para favorecer a construção coletiva do conhecimento e a mobilização social no ambiente escolar. Ao elaborar panfletos com frases-chave sobre o tema do cyberbullying e realizar a entrega desses materiais para outras turmas, os estudantes assumem um papel protagonista no processo de conscientização, ampliando o alcance da discussão para além da sala de aula. Essa abordagem favorece a aprendizagem significativa, ao integrar reflexão crítica e ação prática, estimulando o desenvolvimento de competências como a comunicação, a empatia e a responsabilidade social no contexto da comunidade escolar.

**ATIVIDADE IV- PANFLETOS SOBRE CYBERBULLYING (4º e 5º ano)**

**TEMA:** Refletir sobre cyberbullying e divulgar esse tipo de violência

**CONTEÚDO:** Nesta atividade queremos que os alunos se envolvam na discussão sobre cyberbullying e possam levar a reflexão para seus pares, fazendo com que o movimento de conscientização saia da sala de aula. Elaborar um panfleto com frases-chave e a entrega para outras turmas pode criar um movimento interessante de conscientização na comunidade escolar.

**DISCIPLINAS ENVOLVIDAS:** Língua Portuguesa; Artes e Cidadania.

Componente Curricular	Ano	Código da Habilidade (BNCC)	Descrição da Habilidade

**Habilidade da BNCC:**

**OBJETIVO:** Desenvolver panfleto informativo sobre cyberbullying.

**METODOLOGIA:**

**Duração:** 3 aula (2h 15min)

**Ano:** Ensino Fundamental I (4º ou 5º ano)

**Faixa etária:** 9 a 10 anos

**Materiais necessários:** Folha A4. Canetinha/lápis de cor/caneta/lápis de escrever/ borracha.

**ETAPAS DA AULA****PREPARAÇÃO E MOTIVAÇÃO (15 MINUTOS)**

Introduza ou retome o tema do cyberbullying, o que é e como acontece.

**ATIVIDADE (2h)**

1º- Explique a atividade;

2º- Entregue meia folha A4 para cada criança (corte verticalmente uma folha), assim:

3º- Peça que as crianças escrevam seu nome e ano escolar na parte inferior (Conforme indicado no modelo a seguir):

4º Construa com as crianças no quadro uma frase que reflita a importância de conhecer mais sobre o cyberbullying, exemplo:

- Você não está sozinho: Cyberbullying não tem graça, é crime;
- Cyberbullying: eu ajudo a combater;
- Você também pode combater o cyberbullying: Denuncie!

Esses são somente exemplos, explore o conhecimento da turma;

5º Peça que as crianças desenhem ou enfeitem o panfleto;

6º Escolha aleatoriamente três crianças para a apresentar na frente seus panfletos;

7º Distribua para colegas de outras turmas o panfleto junto com as crianças ou crie um mural.

### **AVALIAÇÃO**

O processo avaliativo dessa atividade pode se dar por meio de valorização da participação e expressão de ideias do estudante durante a atividade percebendo se a criança conseguiu atingir os objetivos propostos pela BNCC (2018) nas habilidades descritas anteriormente.

Fonte: Autores

## **ATIVIDADE V**

O conhecimento, conforme Piaget (1999), é construído e não parte de um nada, mas é adquirido, consolidado e depois passa a servir de base para um novo conhecimento, a partir das experiências do sujeito com seu ambiente. Por isso, quando propomos que as crianças criem folders e como na atividade anterior, panfletos para distribuir para suas comunidades escolares e famílias, como uma ação que visa movimentar todo o entorno delas para a reflexão sobre o tema.

**ATIVIDADE V- FOLDER SOBRE CYBERBULLYING (5º ano)**

**TEMA:** Refletir sobre cyberbullying e divulgar esse tipo de violência.

**CONTEÚDO:** Nesta atividade queremos que os alunos se envolvam na discussão sobre cyberbullying e possam levar a reflexão para além da sala de aula, para a escola e para casa.

Oralmente construa com as crianças as informações e vá direcionando

**DISCIPLINAS ENVOLVIDAS:** Língua Portuguesa e Artes.

**Habilidade da BNCC:**

Componente Curricular	Ano	Código da Habilidade (BNCC)	Descrição da Habilidade
Língua Portuguesa	5º ano	EF05LP01	Grafar palavras utilizando regras de correspondência fonema-grafema regulares, contextuais e morfológicas, e palavras de uso frequente com correspondências irregulares.
Língua Portuguesa	3º ao 5º ano	EF35LP15	Opinar e defender ponto de vista sobre tema polêmico relacionado a situações vivenciadas na escola e/ou na comunidade, utilizando registro formal e estrutura adequada à argumentação, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.
Artes	5º ano	EF05AR04	Experimentar desenho, pintura, fotografia e vídeo por meio de técnicas convencionais e não convencionais, fazendo uso sustentável de materiais e instrumentos.

**OBJETIVO:** Desenvolver panfleto informativo sobre cyberbullying.

**METODOLOGIA:**

**Duração:** 3 aula (2h 15min)

**Ano:** Ensino Fundamental I (4º ou 5º ano)

**Faixa etária:** 9 a 10 anos

**Materiais necessários:** Folha A4. Canetinha/lápis de cor/caneta/lápis de escrever/ borracha.

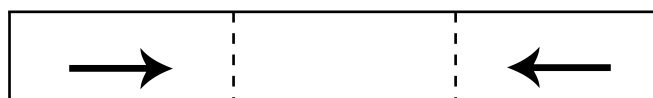
**ETAPAS DA AULA**

**PREPARAÇÃO E MOTIVAÇÃO (15 MINUTOS)**

Introduza ou retome o tema do cyberbullying, o que é e como acontece.

**ATIVIDADE (2h)**

1º- Entregue UMA folha A4 para cada criança que deve estar na horizontal e marcado com duas



linhas verticais apontando onde as crianças devem dobrar, assim:

2º- Explique a atividade:

3º- Na capa do folder constará uma frase central, relacionada ao livro da Lana: "Cyberbullying em nossa escola terminou!".

- Peça para que as crianças coloquem seu nome na parte frontal também!

#### **FRENTE**

4º Após, as crianças devem escrever dentro do folder as seguintes informações:

- O que é cyberbullying?

#### **INTERNO:**

5º Na aba interna

- Onde ele acontece?

6º Na parte de trás do folder:

- Como se proteger?
- Quem pode nos ajudar?

7º Peça que as crianças desenhem ou enfeitem o panfleto;

8º Escolha aleatoriamente três crianças para a apresentar na frente seus panfletos;

9º Oriente as crianças a entregarem para os pais o folder. Você pode fazer essa ação próxima a reunião de pais para entregar nesta ocasião.

### **AVALIAÇÃO**

O processo avaliativo dessa atividade pode se dar por meio de valorização da participação e expressão de ideias do estudante durante a atividade percebendo se a criança conseguiu atingir os

objetivos propostos pela BNCC (2018) nas habilidades descritas anteriormente.

Fonte: Autores

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação de Mestrado Profissional em Saúde Coletiva da UNESC atingiu seu objetivo geral ao conseguir estruturar de forma prática o produto a que se propôs. Conseguindo materializar no guia **“CYBERBULLYING: GUIA PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL EM AMBIENTE ESCOLAR”**, um produto técnico que pode ser utilizado por professores e profissionais da saúde em sala de aula, promovendo, conscientizando e enfrentando o cyberbullying pautado no letramento em saúde.

O Guia foi elaborado com base em pressupostos teóricos da saúde e da educação, partindo da necessidade visualizada por experiências pessoais dos profissionais pesquisadores, dentro de sala de aula, com alunos do fundamental I e com professores. O Guia foi pensado no sentido de construir um documento que pudesse, orientar práticas pedagógicas e ações de profissionais de saúde no ambiente escolar, sobre o tema da saúde mental relacionada ao cyberbullying, reforçando, mais uma vez, que existe uma indissociabilidade entre Saúde e Educação, pautado sobretudo no elemento central da promoção de um desenvolvimento infantil integral.

Além disso, o Guia também é um aporte de material técnico para o Programa Saúde na Escola (PSE), que na pactuação de 2025/2026, apresenta o eixo Saúde Mental, mas que enfrenta uma lacuna de materiais pensados para essa finalidade. O cyberbullying, por se tratar de uma temática recente, cuja configuração como crime ainda é nova no cenário brasileiro, demanda aprofundamento e reflexão em sala de aula. Entre os principais diferenciais da proposta, destacam-se o uso da literatura infantil, das metodologias ativas e do letramento em saúde, que possibilitam aos estudantes uma reflexão crítica sobre esse tema específico.

A dissertação que apresentamos, vai além da entrega de um produto em Saúde Coletiva para a sociedade, que por si só, já tem um grande valor, mas, sobretudo, entrega um documento pautado em um processo investigativo científico, integrando referências teóricas que combinam as políticas públicas de saúde, educação e o amparo pedagógico necessário, para que o aplicador do Guia, possa conversar com o público-alvo dentro de sua linguagem, fazendo com que o conhecimento de estudos do Mestrado Profissional em Saúde Coletiva possa ser transladado da teoria para a prática.

A principal fragilidade do produto está no fato de ainda não ter sido validado por professores e profissionais da saúde, decorrente do curto prazo disponível entre a elaboração e a apresentação do produto no programa de pós-graduação ao qual está vinculado. Entretanto, essa limitação também aponta para uma oportunidade de desenvolvimento futuro, permitindo a ampliação do impacto do material por meio de avaliações práticas e ajustes baseados em sua aplicação real.

Um dos pontos fortes do Guia é sua aderência à linha de pesquisa, abordando um tema que tem ganhado relevância crescente nas discussões sociais e acadêmicas. Destaca-se, ainda, a proposta de intersectorialidade, especialmente no contexto do Programa Saúde na Escola (PSE), ao oferecer a educadores e profissionais de saúde um recurso com linguagem acessível e fácil aplicabilidade, voltado para o trabalho com crianças de 6 a 10 anos.

O produto apresenta grande potencial de aplicabilidade, partindo de uma abordagem lúdica, ancorada no livro “Lana: Uma história sobre cyberbullying” (Kubiaki, 2024), e permitindo que os profissionais adaptem às discussões às suas realidades locais, sejam elas comunitárias, municipais, estaduais ou regionais. A literatura, como eixo norteador do guia e das atividades propostas, potencializa ganhos sociais ao contribuir para a formação de cidadãos mais críticos e participativos nas questões contemporâneas.

Nesse sentido, o Guia se apresenta como uma proposta inovadora, ao articular literatura infantil e Saúde Coletiva, com um potencial de impacto grande quando acatada a sugestão da inclusão desse material no PSE, Programa Saúde na Escola, seja pelo poder público municipal, estadual ou federal. Seu foco não está em apresentar dados estatísticos ou definições conceituais sobre a violência, mas em proporcionar intervenções educativas junto às crianças, promovendo cuidado, prevenção e sensibilização sobre essa forma de violência digital.

Reforça-se que o objetivo do produto não é eliminar o cyberbullying, mas fomentar reflexões entre as crianças e a comunidade escolar, tornando a escola um espaço de acolhimento e orientação, e preparando profissionais para conduzirem discussões qualificadas sobre o tema.

Por fim, este Guia expressa o compromisso dos autores em formar profissionais capacitados para lidar com as novas demandas que emergem nas escolas e, sobretudo, contribuir com o futuro das crianças, associando arte, cultura e

literatura a temas socialmente relevantes. Este Guia é concebido como um legado. É a contribuição dos autores para um futuro mais consciente e acolhedor.

## **REFERÊNCIAS**

ADAMS, M. J. *et al.* **Consciência fonológica em crianças pequenas.** Porto Alegre- Artmed, 2006.

ALEIXO, R. A. R. M.; ENGELMAN, M. F. B. Representações sociais invadidas e maculadas por cyberbullying. **Revista Bioética**, v. 30, n. 2, p. 273-285, 2022.

BEE, H. **A criança em desenvolvimento.** 9ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BARBOSA, S. P.; PAULA, P. A. B.; AMORIM, M. M. A.; PEREIRA, L. S. S.; REIS, Y. P. Letramento em saúde como estratégia de promoção da saúde: um estudo de revisão narrativa. **Revista Conjecturas**, v. 22, n. 7, 2022. Disponível em: <https://conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/1155/891> Acesso: 27/06/2024.

BRASIL. **Censo Escolar 2023.** Disponível em: <https://censobasico.inep.gov.br/censobasico/#/> Acesso em: 06/11/2024.

BRASIL. CONASS. **Atenção Primária de Saúde.** BRASÍLIA: CONASS, 2007.

BRASIL. CONASS. **Atenção Primária de Saúde e Promoção de Saúde.** Brasília: CONASS, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Relatório justiça começa na infância: fortalecendo a atuação do sistema de justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano integral.** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília: CNJ, 2022a.

BRASIL. **Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890** (Código Penal). Rio de Janeiro, 1890.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2002.

BRASIL. **Lei nº 14.811,** de 11 de janeiro de 2024. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/lei/L14811.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14811.htm). Acesso em: 21 out. 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996.** Brasília-DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: Ministério da Educação, 2018b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Marco Legal da Primeira Infância**. Brasília: Ministério da Educação, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional do Livro**. Lei Nº 10.753/ 2003. Brasília- DF, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Carteira de Saúde da Criança**. Brasília: Ministério da Saúde. Ministério da Saúde. Brasília-DF, 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde / Ministério da Educação. **Caderno temático do Programa Saúde na Escola : Promoção da Cultura de Paz e Direitos Humanos**. Brasília: Ministério da Saúde, Ministério da Educação, 2022b.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Nota Técnica nº 30/2024** - CGEDESS/DEPPROS/SAPS/MS. Brasília: Ministério da Saúde, 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Passo a passo PSE** : Programa Saúde na Escola : tecendo caminhos da intersetorialidade – Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança e Adolescente**- PNAISC. Ministério da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2018a.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde na Escola**. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Série B. Textos Básicos de Saúde (Cadernos de Atenção Básica; n. 24). Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

CAETANO, A. P.; FREIRE, I.; SIMÃO, A. M. V.; MARTINS, M. J. D.; PESSOA, M. T. Emoções no cyberbullying: um estudo com adolescentes portugueses. **Educação e Pesquisa**, v. 42, n. 1, p. 199-212, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/8pGDdm9FwxH53WWm43QkgkF/?format=pdf&lang=pt>  
Acesso em: 17 jun. 2024.

CAETANO, A. P.; AMADO, J.; MARTINS, M. J. D.; SIMÃO, A. M. V.; FREIRE, I.; PESSOA, M. T. R. Cyberbullying: motivos da agressão na perspectiva de jovens portugueses. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 141, p. 1017-1034, 2017.

COELHO, N. N. **Panorama histórico da literatura infantojuvenil**. Editora Ática. São Paulo, 1991.

COSENZA, R. M.; GUERRA, L.B. **Neurociência e educação: como o cérebro aprende**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FERREIRA, T. R. S. C.; DESLANDES, S. F. Cyberbullying: conceituações, dinâmicas, personagens e implicações à saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 5, p. 1523-1533, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/WJYc64dg9Rjxh8k4rJc53gL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 jun. 2024.

FERREIRO, E. Desenvolvimento da alfabetização: psicogênese. In: GOODMAN, Y. M. **Como as crianças constroem a leitura e a escrita: perspectivas piagetianas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FERRERO, E. **Reflexões sobre Alfabetização**. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FLÔRES, F. N.; VISENTINI, D. M.; FARAJ, S. P.; SIQUEIRA, A. C. Cyberbullying no contexto escolar: A percepção dos professores. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 26, n. 3, p. 389-399, 2022.

FUJITA, J. S.; RUFFA, V. Cyberbullying: família, escola e tecnologia como stakeholders. **Estudos Avançados**, v. 33, n. 97, p. 401-412, 2019.

GOODMAN, Y. M. **Como as crianças constroem a leitura e a escrita: perspectivas piagetianas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

HEGENBERG, L. **Doença: um estudo filosófico**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1998.

HELENO, C. T.; RIBEIRO, S. M. **Criança e Adolescente: Sujeitos de direito**. Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, 2010.

HEYWOOD, C. **Uma História Da Infância: Da Idade Média à Época Contemporânea no Ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LENT, R. **Cem bilhões de neurônios: Conceitos fundamentais da Neurociência**. São Paulo: Atheneu, 2005.

MALTA, D. C.; SOUZA, J. B. de; VASCONCELOS, N. M. de; MELLO, F. C. M. de; BUBACK, J. B.; GOMES, C. S.; PEREIRA, C. A. Cyberbullying entre escolares brasileiros: dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2019. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 1, p. 203-213, 2024.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. Parte I. In.: **Violência sob o olhar da saúde: infrapolítica da contemporaneidade brasileira [online]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003,

MARTINS, M. E. B. L. M.; *et al.* História do Letramento em Saúde: Uma revisão narrativa. **Revista Unimontes Científica**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 1–23, 2022. DOI: 10.46551/ruc.v24n2a1. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/5735>. Acesso em: 17 jun. 2024.

MANGEN, A; WALGERMO, B. R.; BRONNICK, K. Reading linear texts on paper versus computer screen: Effects on reading comprehension. **International Journal of Educational Research**, v. 58, p. 61-68, 2013. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/256563189\\_Reading\\_linear\\_texts\\_on\\_paper\\_versus\\_computer\\_screen\\_Effects\\_on\\_reading\\_comprehension](https://www.researchgate.net/publication/256563189_Reading_linear_texts_on_paper_versus_computer_screen_Effects_on_reading_comprehension). Acesso em: 30/09/2024.

MENDES, E. V. **A Atenção Primária à Saúde no SUS**. Fortaleza: Escola de Saúde Pública do Ceará, 2002.

MENDES, E.V. **A Atenção Primária à Saúde no SUS: Avanços e Ameaças**. Brasília: CONASS, 2021.

MEIRELLES. C. **Problemas da Literatura Infantil**. 2ª ed. Summus Editorial. São Paulo, 1979.

NETO, A. A. S; COSTA, P. J. L; BALÇA, A. A formação do leitor literário no contexto de uma escola pública brasileira: docência, planos de aula e didática. **Palimpsesto**, Rio de Janeiro, v. 42, p. 114-138, maio/ 2023.

OLIVA. R. S. **A corporeidade como fenômeno, sentido e expressão do corpo**. (Tese doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. PUCRS, 2024. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/11255/2/TESE%20-%20RUBIANE%20OLIVA.pdf>. Acesso em: 27/06/2024.

PAIM, J. S.; ALMEIDA-FILHO, N. **Saúde coletiva: teoria e prática**. 1. ed. - Rio de Janeiro : MedBook, 2014.

PERES, F. Alfabetização, letramento ou literacia em saúde? Traduzindo e aplicando o conceito de health literacy no Brasil. **Ciência Coletiva**, v. 28, p. 1563-1573, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2023.v28n5/1563-1573/pt> Acesso em: 01/07/2024.

PRENSKY, M.: Digital Natives Digital Immigrants. In: PRENSKY, M. **On the Horizon**. NCB University Press, Vol. 9 No. 5, October (2001a). Disponível em <https://www.marcprensky.com/writing/Prensky%20-%20Digital%20Natives,%20Digital%20Immigrants%20-%20Part1.pdf> Acesso em: 06/05/2025

PIAGET. J. **Seis estudos de psicologia**. Tradução: Maria Alice Magalhães D' Amorim e Paulo Sergio Lima Silva - 24º Ed. Rio de Janeiro: FORENSE UNIVERSITARIA, 1999.

PIAGET. J. **A psicologia da inteligência**. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: VOZES, 2013.

PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. **Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde**. Rio de Janeiro: UERJ, IMS: ABRASCO, 2006.

PRIORE, M. D. **História das crianças no Brasil**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2000.

QUEIROZ. F. P. **O conceito de infância e o papel do educador em Rousseau** Dissertação apresentada ao curso de pós-graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo/RS, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/casaprofe/Downloads/Livro%20UBS/conceito%20de%20infancia.pdf>. Acesso em: 26/06/2024.

REIS, S. da S.; CUSTÓDIO, A. V. Fundamentos históricos e principiologicos do direito da criança e do adolescente: bases conceituais da teoria da proteção integral. **Revista Justiça Do Direito**, n. 3, p. 621-659, set./dez. 2017 Disponível em: <https://doi.org/10.5335/rjd.v31i3.7840> Acesso em 20/05/2024.

RISTUM, M.; FERREIRA, T. R. S. C. Bullying escolar e cyberbullying. In: ASSIS, S. G., CONSTANTINI, P., AVANCI, J. Q., NJAINE, K., eds. **Impactos da violência na**

**escola:** um diálogo com professores [online]. 2nd ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CDEAD/ENSP, 2023,

ROUSSEAU, J. J. **Emílio ou Da educação**. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

SCHALL, V. T.; MODENA, C. M. As novas tecnologias de informação e comunicação em educação em saúde. In: MINAYO, M. C. de S. (org.) **Críticas e atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina**. Rio de Janeiro : Editora FIOCRUZ, 2005.

SENAC- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. **Metodologias ativas de aprendizagem**. Rio de Janeiro: Senac, Departamento Nacional, 2018. Disponível em: [https://www.dn.senac.br/wp-content/uploads/2020/10/Doc\\_Metodologias-Ativas\\_final.pdf](https://www.dn.senac.br/wp-content/uploads/2020/10/Doc_Metodologias-Ativas_final.pdf), Acesso em: 02/12/2024.

SMITH, F. **Leitura significativa**. 3ª ed. Porto Alegre: Editora Arte Médica Sul Ltda, 1999.

SORATTO, J.; PIRES, D. E. P. de; DORNELLES, S.; LORENZETTI, J.. Family health strategy: a technological innovation in health. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 24, n. 2, p. 584–592, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-07072015001572014>. Acesso em: 27/06/2024.

STARFIELD, B. **Atenção Primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia**. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2002.

STØLE, H; MANGEN, A; SCHWIPPERT, K. Assessing children's reading comprehension on paper and screen: A mode-effect study. **Computers & Education**, v. 146, s.p. 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0360131520300610>. Acesso em: 30/09/2024.

SOUZA, L. **Exposição contínua à tela do computador pode afetar crianças e jovens**. Sociedade Brasileira de Pediatria, EBC- Agência Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/exposicao-continua-a-tela-do-computador-pode-afetar-criancas-e-jovens/>. Acesso em: 4 abr. 2025.

VENTURA, A.; VICO, B. P.; VENTURA, R. Bullying e formação de professores: contributos para um diagnóstico. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 24, n. 93, p. 990-1012, 2016.

VIEGAS, S. M. F.; NASCIMENTO, L. C.; MENEZES, C.; SANTOS, T. R.; ROQUINI, G. R.; THOLL, A. D; NITSCHKE, R. G. SUS-30 anos: direito e acesso no cotidiano da Atenção Primária à Saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 74, n. 2. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/v9DbdyQpJ7XqxBVTXn9Scgg/?lang=en> Acesso em: 02/10/2024.

ZUIN, V. G.; ZUIN, A. A. S. A autoridade pedagógica diante da tecnologia algorítmica de reconhecimento facial e vigilância. **Educação & Sociedade**, v. 41, n. 1, p. e233820, 2020.

WENDT, G. W.; LISBOA, C. S. de M. Agressão entre pares no espaço virtual: definições, impactos e desafios do cyberbullying. **Psicologia Clínica**, v. 25, n. 1, p. 73-87, 2013.